

UM FUTURO SUSTENTÁVEL NAS NOSSAS MÃOS



“Não herdamos a Terra dos nossos antepassados. Pedimo-la emprestada aos nossos filhos.”

Lakota

Como obter publicações comunitárias?

As publicações para venda produzidas pelo Serviço das Publicações estão disponíveis na EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>), podendo encomendá-las através do agente de vendas da sua preferência.

Também pode solicitar uma lista da nossa rede mundial de agentes de vendas através do fax (352) 2929-42758.

GUIA SOBRE A ESTRATÉGIA DA UE
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL YOUR CHOICE.

UM FUTURO SUSTENTÁVEL NAS NOSSAS MÃOS



Europe Direct é um serviço que o/a ajuda a encontrar respostas às suas perguntas sobre a União Europeia

Número verde único (*):

00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telecomunicações móveis não autorizam o acesso a números 00 800 ou poderão sujeitar estas chamadas telefónicas a pagamento

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008

Comissão Europeia
Secretariado-Geral
1049 Bruxelles
Bélgica

ISBN 978-92-79-07283-3

© Comunidades Europeias, 2008
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

Ilustrações de Abigail Acton ©

Printed in Luxembourg

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO





ÍNDICE

	Introdução	5
①	Alterações climáticas – Limitar os danos	11
②	Transportes sustentáveis – Mais cómodos, limpos e seguros	21
③	Consumo e produção – Utilização mais inteligente dos recursos do princípio ao fim	27
④	Recursos naturais – Proteger o mundo que nos rodeia	35
⑤	Saúde pública – Saúde e bem-estar para todos	43
⑥	Inclusão social – Envolver todos os cidadãos no futuro da Europa	51
⑦	Pobreza global – Reduzir as disparidades	61
⑧	Políticas transversais – Transformar o sonho em realidade	67
⑨	Implementação e acompanhamento – Continuar no bom caminho	77



INTRODUÇÃO



Está preocupado com as alterações climáticas? Sobre como vai pagar a sua pensão de reforma? Com a poluição atmosférica? Será que o seu filho vai encontrar um bom emprego? A União Europeia está a tentar resolver estas e outras questões que nos afectam diariamente, trabalhando para melhorar a nossa qualidade de vida e para tornar o futuro dos nossos filhos mais seguro. A Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável abrange, praticamente, todos os aspectos, desde a maneira como cortamos as nossas árvores até à forma como tratamos os nossos idosos. O futuro da Europa depende da sua capacidade para atingir o objectivo tripla de criação de riqueza, coesão social e protecção do ambiente.

O que é o desenvolvimento sustentável?

Definido como o «desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades», o desenvolvimento sustentável foi o tema central daquela que ficou conhecida como a Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Foi nessa cimeira que os líderes mundiais assinaram convenções sobre as alterações climáticas e a biodiversidade. No final da cimeira, emitiram uma declaração que enumera os 27 princípios sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável.



Quais são os objectivos da UE?

A UE tem a sua própria estratégia para o desenvolvimento sustentável, lidando com a maioria dos desafios da Cimeira da Terra e abrangendo questões económicas, ambientais e sociais. Esta estratégia identifica sete desafios principais:

- alterações climáticas e energia limpa,
- transportes sustentáveis,
- consumo e produção sustentáveis,
- conservação e gestão dos recursos naturais,
- saúde pública,
- inclusão social, demografia e migração,
- pobreza global.

A Estratégia Renovada da UE para o Desenvolvimento Sustentável («renovada» porque foi actualizada face à versão original formulada em 2001) define a forma como podemos satisfazer as nossas necessidades sem prejudicar a qualidade de vida das gerações futuras.

Em Fevereiro de 2005, a Comissão Europeia fez uma avaliação dos progressos alcançados e chegou à conclusão de que a situação estava a piorar. Por isso, no sentido de travar as tendências destrutivas que conduzem à exploração dos recursos naturais e à degradação ambiental e para lidar com o desemprego, a imigração e a saúde pública, o Conselho Europeu adoptou a Estratégia em Junho de 2006. Em 2007, foi publicado um relatório intercalar que pode consultar no [sítio web](http://ec.europa.eu/sustainable/) sobre o desenvolvimento sustentável: ec.europa.eu/sustainable/.

O primeiro objectivo específico de longo prazo é o de limitar as alterações climáticas. A UE irá pressionar os seus Estados-Membros para cumprirem os compromissos assumidos em 1997, através do Protocolo de Quioto, e das metas mais recentes acordadas pelos chefes de estado no Conselho Europeu da Primavera, em Março de 2007, no sentido de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020. A forma como essas metas podem ser cumpridas tem sido abordada numa vasta gama de programas e legislações.

Embora essa seja a prioridade, também tem sido enfatizada, entre outras áreas, a solidariedade entre gerações. A redução das desigualdades económicas é um elemento-chave da estratégia que descreve formas para o fazer, tais como aumentar o



© Corbis

emprego, implementar um sistema eficaz de protecção social, e garantir sistemas de educação e formação flexíveis suficientemente difundidos de modo a serem apelativos para todos.

A UE está também muito centrada na questão do envelhecimento da população, e por isso as pensões de reforma, os cuidados de saúde e os sistemas de cuidados a longo prazo tornam-se cada vez mais num foco de atenção. Para fazer face às alterações demográficas, os jovens precisam de ajuda para encontrarem emprego, os idosos têm de ser encorajados a se manterem activos por mais tempo, a igualdade de género tem de se tornar numa realidade e a questão da migração tem de ser gerida com inteligência.

Um outro foco de atenção é a saúde pública, juntamente com a segurança alimentar, os perigos que os produtos químicos representam para o ambiente e a poluição. As ameaças à nossa saúde resultantes das nossas opções de vida – fumar, por exemplo – também são abordadas na estratégia renovada, assim como o nosso bem-estar geral e a saúde mental.

A melhoria da gestão dos nossos recursos naturais também é vital. Os novos programas de desenvolvimento rural, a política comum das pescas reformada, os enquadramentos legislativos para a agricultura biológica e o bem-estar animal, e a ênfase na gestão sustentável das florestas estão todos a ser utilizados na luta para proteger o mundo que nos rodeia.

Como é que a UE vai alcançar os seus objectivos?

Educação e formação: a Comissão reconhece a importância da educação em todas as idades e níveis, em toda a UE. Em 2006, o Parlamento Europeu e o Conselho adoptaram um programa de aprendizagem contínua para 2007-2013. Este faz parte do objectivo global para aumentar as competências necessárias para criar



uma Europa moderna e para dar a todos a oportunidade de desempenhar um papel activo na sociedade.

Investigação e desenvolvimento: as universidades, os institutos de investigação e as empresas privadas têm todos um papel a desempenhar para se encontrar uma forma que garanta que o crescimento económico sustentável e a protecção do ambiente se reforçam mutuamente. Para encorajar os pensadores mais originais a produzirem resultados, a Comissão atribuiu mais de 50 mil milhões de euros para o período 2007-2013, para apoios ao abrigo de um programa pan-europeu de financiamento da investigação denominado de **sétimo programa-quadro**. Espera-se que abra o caminho para novas descobertas que possam ajudar a Europa a responder aos desafios sociais, ambientais e económicos.

Utilizar a economia para gerar as mudanças necessárias: a UE pretende que todos beneficiem do crescimento e prosperidade, sem causar mais danos no mundo em que vivemos. Os incentivos fiscais para as práticas «limpas» e a alteração das actividades subsidiadas, ajudam a que as verbas sejam aplicadas nas áreas onde tenham o melhor efeito. A criação de medidas fiscais que incidam menos no trabalho e mais nas questões ambientais também pode alterar o comportamento dos cidadãos. Por exemplo, em 2001 o governo sueco aumentou os impostos sobre o gásóleo, o aquecimento a óleo e a electricidade e baixou os impostos sobre o rendimento e as contribuições para a segurança social. Como resultado, a Suécia tem conseguido reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa mais rapidamente do que o previsto. E na Dinamarca, a criação de um imposto sobre as pilhas de níquel-cádmio, extremamente tóxicas, fez com que os clientes mudassem para alternativas menos tóxicas.

Comunicação: o desenvolvimento sustentável está no centro das acções da UE, que para maximizar o seu sucesso sublinha a importância da comunicação. As pessoas precisam de se unir, a todos os níveis, para partilharem as suas experiências sobre as políticas que funcionam e as que não funcionam. As empresas precisam de falar com as suas autoridades locais, os governos nacionais com a UE e os governos regionais com os seus cidadãos. Os impostos precisam de ser explicados, a lógica por detrás das medidas, desde os projectos locais de reciclagem à despesa com a pobreza no terceiro mundo, precisa de ser entendida por todos.



Continuar no bom caminho: as palavras têm de ser transformadas em acções. A partir de 2007, a Comissão apresentará, de dois em dois anos, um relatório intercalar sobre tudo o que tem sido feito na UE para promover o desenvolvimento sustentável. Outras medidas incluem: garantir que os decisores políticos dos diferentes países da UE aprendem uns com os outros; a partilha de informações e o desenvolvimento de um conjunto de indicadores para mostrar com precisão o que está a funcionar e o que não está.

Fazer a diferença

Estes objectivos não são apenas um sonho. Existe um claro entendimento de que chegou a altura de pôr em prática as medidas descritas nesta brochura. Para o fazer, é necessário uma abordagem em duas vertentes e é aqui que entra a noção de cidadania activa.

As medidas legais, os incentivos fiscais e o princípio do poluidor-pagador, colocam-nos no bom caminho para o desenvolvimento sustentável. Mas se não fizermos a nossa parte para enfrentarmos os desafios nesta geração, as gerações futuras herdarão um mundo que está empobrecido.

Esta brochura tem como objectivo informá-lo sobre o que está a ser feito pela UE e sobre o que o que pode ser feito pelos indivíduos. Iremos descrever as medidas tomadas ao nível da UE e fornecer ideias simples e práticas que pode aplicar no seu dia-a-dia. Juntos, você e a UE podem tornar o desenvolvimento sustentável numa realidade.





Alterações climáticas

Limitar os danos

CAPÍTULO 1



As alterações climáticas já não são uma ameaça distante. Estão presentes aqui e agora e acontecem cada vez mais rapidamente. Em todo o mundo, muitas áreas estão já a sofrer com o aumento da temperatura. Até ao momento, falamos de uma média global de $0,76^{\circ}\text{C}$ quando comparado com o início da revolução industrial. Mas esta tendência deverá continuar e os seus impactos deverão agravar-se.

Os europeus estão a sentir os efeitos do aquecimento global: as secas, as inundações, as ondas de calor e os incêndios florestais estão a tornar-se cada vez mais frequentes. Isto é apenas uma pequena amostra do que está para vir. Os climatólogos do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC) das Nações Unidas advertem para um aumento adicional de cerca de 4°C entre 1990 e 2100.

O que assistimos agora deve-se, em grande parte, aos biliões de toneladas de CO_2 diariamente libertados para a atmosfera através da combustão de carvão, petróleo e gás natural. Estes combustíveis fósseis fornecem-nos a energia que precisamos para abastecer os nossos carros, aquecer as nossas casas e iluminar os nossos escritórios. Mas estamos perante uma bomba-relógio. Não só o nosso ambiente vai sofrer, mas também a nossa economia e sociedade.



Situação no terreno

Há muito considerados hipotéticos, os efeitos das alterações climáticas são agora inequívocos. Desde os invernos mais frios aos verões mais quentes, as nossas estações são cada vez mais marcadas por extremos climáticos. Onze dos doze anos mais quentes de que há registo ocorreram entre 1995 e 2006. E, enquanto isto foi agradável para alguns, para muitos foi devastador.

A onda de calor abrasadora que atingiu a Europa no Verão de 2003 resultou em cerca de 35 000 mortes, cerca de metade só na França. Registaram-se também muitas vítimas mortais na Alemanha, Espanha e Itália. Pela primeira vez desde que há registos, as temperaturas no Reino Unido ultrapassaram os 38°C. Prevê-se que, no futuro, estas ondas de calor aumentem, em frequência e intensidade. Mas, se a Europa já está hoje com dificuldades para lidar com esta situação, como será no futuro? No século XX, a temperatura na Europa aumentou 0,95°C em comparação com a média global de 0,76°C.

Não se trata apenas de estações mais quentes e frias, mas também estações mais húmidas e secas. Na Europa registam-se realidades muito diversas, com o Norte a tornar-se mais húmido (10%-40% desde 1900) e o Sul a tornar-se mais seco (até 20% desde 1900). As consequentes inundações e secas estão a ter impactos significativos na agricultura e nos recursos hídricos. Se as actuais tendências continuarem, a situação só pode piorar.

A economia também é afectada. As condições climáticas extremas são responsáveis por 79% das perdas económicas resultantes de catástrofes. Em média, na década de 90 registou-se o dobro dos incidentes resultantes de condições meteorológicas desastrosas, comparativamente à década de 80.

Também no ecossistema surgem padrões. Determinadas espécies de plantas estão a movimentar-se em direcção ao Norte, agora que o clima está mais quente, aumentando a diversidade numas áreas e reduzindo-a noutras. Certos insectos também estão a movimentar-se e, por exemplo, as carraças, estão a ser encontradas mais a norte do que o normal. As consequências disto parecem reflectir-se numa maior incidência de doenças transmitidas pelas carraças nos países do Báltico e da Europa Central.



© SplashdownDirect

Os ursos polares nos glaciares em degelo no Ártico são, muitas vezes, uma imagem representativa dos efeitos das alterações climáticas. Mas, nem todos têm conhecimento sobre o degelo dos glaciares da Europa. Só no Verão de 2003, 10% da massa glaciária que resta dos Alpes desapareceu e prevê-se que 75% dos glaciares dos Alpes suíços desapareçam até 2050.

Face a um impacto tão alargado, somente uma tomada de acção urgente produzirá resultados. «As alterações climáticas são um problema global, que precisa de soluções globais, não daqui a 10 ou 20 anos, mas imediatamente», afirmou o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, durante uma visita à Gronelândia para ver, pessoalmente, os efeitos do aquecimento global.

A Europa já está a ser afectada, mas os que mais sofrerão serão os países em vias de desenvolvimento, onde o clima já é mais quente e o modo de vida está largamente dependente da agricultura.

Trata-se de um desafio complexo. Actualmente, as nossas principais fontes de energia são reservas finitas de combustíveis fósseis, que demoram milhões de anos a regenerarem-se. Face aos actuais níveis de consumo, existe o risco destas reservas se esgotarem. Para além disso, a Agência Internacional de Energia prevê um aumento de 60% nas necessidades de energia entre 2000 e 2030.

Sem uma fonte milagrosa de energia, a única solução é aumentar a eficiência energética e encontrar alternativas, tirando partido das fontes de energia renováveis.



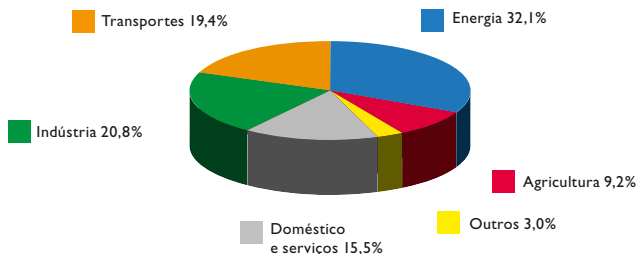
O que a UE está a fazer

Desde meados dos anos 90, quando o PIAC estabeleceu uma relação evidente entre a actividade humana e as alterações climáticas, a UE tem vindo a intensificar os seus esforços para lidar com as ameaças decorrentes das alterações climáticas. Ao abrigo do Protocolo de Quioto de 1997, assinado por 140 países, a UE-15 comprometeu-se a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 8% (em relação aos níveis de 1990) até 2012.

Mais recentemente, no Conselho Europeu de 9 de Março de 2007, os líderes aprovaram um pacote abrangente de medidas, estabelecendo uma nova política integrada em matéria de alterações climáticas e energia. Esta iria para além de todos os compromissos anteriores. As suas metas incluem:

- reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na UE em 20% até 2020, e em 30%, caso seja alcançado um acordo internacional;
- melhorar a eficiência energética em 20% até 2020;
- aumentar a quota de energias renováveis para 20% até 2020;
- aumentar a quota de biocombustíveis no consumo de combustíveis de transporte para 10% até 2020.

Uma breve análise das principais fontes de gases com efeito de estufa na UE revela que os sectores que mais contribuem para essas emissões são a energia, a indústria e os transportes, seguidos pelo sector doméstico e a agricultura.



Fontes das emissões de gases com efeito de estufa na UE em 2004
(Agência Europeia do Ambiente)



© Corbis

Para identificar e desenvolver medidas orientadas de redução, em 2000 a UE criou um **Programa Europeu para as Alterações Climáticas**. Ao consultar empresas, cientistas e ONG, este programa define formas através das quais a UE pode reduzir as suas emissões, que são responsáveis por 14% das emissões globais. Até ao momento, foram identificadas 40 áreas, que em conjunto podem reduzir as emissões europeias até 16% quando comparado com os valores de 1990.

A sua maior concretização foi o **Regime de Comércio de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa**, que teve início em 2005. Este é o maior regime plurinacional e plurissectorial de comércio de licenças de emissão em todo o mundo. Ajuda os países a cumprirem as suas obrigações de redução de CO₂ ao abrigo do Protocolo de Quioto de 1997, ao juntar um país com excesso de emissões com outro país que esteja abaixo do seu limite de Quioto. O país com excesso de emissões irá então pagar pelo direito de utilizar a capacidade não utilizada do outro país em questão. No final, os dois países em conjunto não emitem mais do que o nível acordado.

Está a ser desenvolvido um conjunto de medidas ao abrigo da **Directiva relativa à Concepção Ecológica** para garantir que são introduzidas melhorias rentáveis nos produtos mais consumidores de energia. Os requisitos mínimos de eficiência energética serão combinados com uma rotulagem mais clara para estes produtos. Estima-se que as melhorias nas caldeiras de aquecimento central e nos aquecedores de água, por si só, poderiam conduzir a uma redução de 3% nas emissões globais até 2020 (em relação a 2004).

Sabia
que...

Reciclar o alumínio
requer dez vezes menos
energia do que
produzi-lo desde o
início

Através da **Directiva relativa à Tributação da Energia**, a UE procurará desencorajar os comportamentos poluentes e recompensar os comportamentos positivos em termos de poupanças de energia e actividades respeitadoras do ambiente.



Os transportes são outro sector com grande potencial para a mitigação das alterações climáticas e estão a ser analisadas diversas propostas legislativas. Estas incluem: adicionar a aviação ao regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aumentar a percentagem de biocombustíveis utilizados nos transportes, diminuir a intensidade de carbono nos combustíveis e restabelecer o equilíbrio entre os diferentes modos de transporte.

A UE também está a trabalhar em parceria com os principais intervenientes para inverter a actual tendência de aumento das necessidades energéticas, identificando e erradicando as principais formas de desperdício de energia: serão desenvolvidas novas tecnologias energéticas para aumentar a eficiência na produção e consumo de energia. Estas irão beneficiar de elevados investimentos graças ao **sétimo programa-quadro de investigação da UE** para 2007-2013. Os produtos, edifícios e serviços terão maior eficiência energética e as tecnologias de combustíveis fósseis serão transformadas em tecnologias mais «limpas».



As energias renováveis também estão a ser consideradas como uma forma de aumentar as fontes de energia sustentáveis. Através da energia hídrica, energia solar, biocombustíveis, biomassa e energia geotérmica, a UE pretende garantir que, até 2020, 20% do seu cabaz energético global tenha origem em energias renováveis. Os biocombustíveis têm um importante papel neste cabaz, sendo que a percentagem dos biocombustíveis no consumo total de gasolina e de gasóleo da UE deverá aumentar para 10% até 2020. A Suécia é actualmente o líder europeu na utilização de biocombustíveis – com 2,3%, seguida pela Alemanha, República Checa e França.

Embora cada fonte de energia renovável tenha os seus prós e contras, o investimento tecnológico irá garantir que UE tira total partido do potencial das energias renováveis enquanto fontes alternativas aos combustíveis fósseis. Uma outra fonte alternativa é a biomassa e é aqui que o **plano de acção «Biomassa»** da UE tem o seu papel. A biomassa inclui tudo o que é sólido e orgânico, como por exemplo a madeira, resíduos de madeira, palha, resíduos de colheitas, assim como resíduos vegetais e animais, e substitui as fontes mais tradicionais, tais como o carvão, petróleo e gás, que são limitadas e poluentes. Medido em termos de «toneladas equivalente-petróleo» (tep), a UE prevê que o plano de acção ajudará a aumentar a utilização da biomassa para 150 milhões de tep em 2010.

A segurança do abastecimento é uma preocupação real. **A nova política energética do plano de acção europeu**, adoptada pelo Conselho Europeu em Março de 2007, define como um dos seus principais objectivos garantir a segurança do abastecimento energético. Mas embora a UE esteja sobretudo preocupada com os seus próprios Estados-Membros, não está a trabalhar sozinha. Existem já diversas parcerias com países industrializados e em desenvolvimento.

A UE iniciou um diálogo com a Rússia, por exemplo. A UE espera atingir um elevado nível de protecção ambiental e segurança nuclear com este país que é responsável por 7% das emissões mundiais de CO₂. Através do mecanismo de flexibilidade do Protocolo de Quioto, estão a ser desenvolvidos esforços para modernizar o sector energético russo e assim promover a eficiência energética e tecnologias amigas do ambiente.

Com os EUA, existe um programa de poupança de energia, **«Energy Star»**, para o equipamento de escritório. Os computadores, fotocopiadoras, impressoras e monitores todos têm de



cumprir critérios exigentes de eficiência energética. Espera-se que esta medida contribua para poupanças de electricidade de 30 TWh no espaço de três anos – aproximadamente o equivalente à procura de electricidade na Hungria.

A UE tem estado a tentar reunir os líderes da China e da Índia para intensificar a cooperação em matéria de alterações climáticas. A ideia seria desenvolver tecnologias de carvão limpo, aumentar a eficiência energética e promover fontes de energia mais respeitadoras do ambiente. E, se estes países se comprometerem a reduzir as suas emissões de acordo com as suas capacidades, a UE já declarou que está disposta a ir mais longe, aumentando o seu próprio compromisso para uma redução de 30%.

Fazer a diferença

As famílias nos seus lares são, directamente, responsáveis por cerca de 16% das emissões de gases com efeito de estufa na UE. Com efeito, 70% da energia utilizada pelas famílias é gasta no aquecimento das casas, 14% no aquecimento da água e 12% em iluminação e aparelhos eléctricos. A utilização de carros privados é responsável por outros 10% das emissões de gases com efeito de estufa na UE. O potencial de acção é por isso bastante vasto!

É possível calcular quanto cada pessoa contribui para o aquecimento global, através de uma **calculadora de emissões de carbono**. Existem várias ferramentas disponíveis na Internet, como por exemplo a calculadora da UE: www.mycarbonfootprint.eu.

Ao utilizar esta calculadora, pode descobrir como tornar o seu estilo de vida mais sustentável sem comprometer a sua qualidade de vida. Felizmente, algumas das coisas mais eficazes que podemos fazer são também das mais simples e fazem-nos poupar dinheiro.

Opte por um modo de transporte mais ecológico. Opte pelo comboio ou o autocarro em vez do carro e ande a pé ou de bicicleta o máximo que puder. Isso permite reduzir, em grande medida, as emissões de gases com efeito de estufa. Se precisar de comprar um carro, compre um que consuma menos combustível e que emita menos CO₂.

Desligue os aparelhos eléctricos da tomada quando não estiver a utilizá-los. Mesmo em estado de vigília estes aparelhos continuam



a consumir energia – até 60% da energia que despendem quando estão ligados! Utilize lâmpadas especiais que consomem menos energia – estas podem durar até 12 vezes mais do que as lâmpadas convencionais e, por isso, tornam-se mais baratas.

Os electrodomésticos vendidos na UE têm um rótulo de acordo com a sua eficiência energética, com classificações que vão desde A (alta eficiência energética) a G (baixa eficiência). Ao escolher **produtos com maior eficiência energética**, isso permite poupar emissões desnecessárias e encoraja as empresas a investirem em investigação e desenvolvimento.

Todos tentamos otimizar a temperatura nas nossas casas. No Inverno, ligamos o aquecimento e no Verão utilizamos o ar condicionado. Mas ao instalarmos um **sistema de isolamento** na casa, podemos reduzir estas necessidades, uma vez que as nossas casas tornam-se mais resistentes às temperaturas exteriores. As casas estão muitas vezes sobreaquecidas – uma simples alteração como, por exemplo, baixar o termóstato em 1°C poderia, facilmente, passar despercebida e, no entanto, teria um grande impacto. Isto não só reduz o consumo de energia, como também pode diminuir as suas despesas de aquecimento até 10%. Podemos atingir reduções significativas através de escolhas mais inteligentes.

“ Retirar da tomada, desligar, reduzir ”





Transportes sustentáveis

CAPÍTULO

2

Mais cómodos, limpos e seguros



A sua cidade fica paralisada com o trânsito da hora de ponta? Está constantemente a tentar evitar os engarrafamentos de que ouve falar na rádio? A auto-estrada que utiliza poderia ser confundida com um parque de estacionamento gigante? Não está sozinho. Toda a Europa é afectada, com 7 500 Km de estradas, diariamente, bloqueadas pelo trânsito.

O transtorno das estradas sobrecarregadas vai para além do tempo desperdiçado no trânsito – existem também impactos negativos para o nosso ambiente e para a nossa saúde. O trânsito rodoviário contribui, em larga medida, para os gases com efeito de estufa. É responsável por 1/5 das emissões totais de CO₂ na UE, que aumentaram 26% entre 1990 e 2004. E, apesar das invenções em termos de segurança rodoviária, como os sistemas de travões ABS e os *airbags*, por ano morrem 40 000 pessoas nas nossas estradas.

Sabia
que...

Em média, cada cidadão da UE viaja 35 km por dia – 75% desta distância é percorrida utilizando o carro

Isto é apenas uma parte do problema – as viagens aéreas são um outro aspecto. As viagens aéreas são um importante foco de preocupações ambientais, uma vez que as emissões de CO₂ associadas às viagens aéreas internacionais aumentaram 87% desde 1990.



Situação no terreno

Para reagir aos vários graus de congestionamento, ruído e poluição do ar, as autoridades nacionais e locais têm estado a criar sistemas inovadores para reduzir o trânsito nas nossas estradas.

Na Alemanha, as pessoas mais preocupadas com a saúde estão a alugar bicicletas através do serviço de aluguer «Call a Bike» actualmente em funcionamento em Berlim, Colónia, Munique e Estugarda. No norte de Itália, as estradas estão agora livres de carros aos domingos, graças à participação de diversas regiões e de mais de quatro milhões de cidadãos. Em Paris, aos domingos e feriados, a área à volta do rio Sena fica sem trânsito e aberta a peões, patinadores e ciclistas, graças à iniciativa «Paris Respire».

Em Londres, são cobradas taxas de congestionamento aos motoristas que entrem no centro da cidade e estão a ser desenvolvidos planos para introduzir descontos para os veículos menos poluentes. Também estão em desenvolvimento sobretaxas para os veículos mais poluentes, tais como os veículos 4x4 de elevado consumo de energia e carros desportivos. Existe um novo serviço de autocarros por chamada em Cracóvia, na Polónia, que permite aos cidadãos residentes nas áreas suburbanas chegarem ao centro da cidade de forma mais rápida e confortável. Os transportes públicos podem ser solicitados através de um simples telefonema para um número especial.

Na cidade austríaca de Graz, toda a frota de autocarros utiliza biogásóleo produzido a partir de óleo de cozinha reutilizado de restaurantes e casas domésticas. E em 2003 abriu uma estação de serviço com biogásóleo, onde as pessoas podem comprar, directamente, o biogásóleo.

Embora todas estas abordagens contribuam para reduzir a poluição e promover um sistema de transportes mais ecológico e equilibrado, a sua eficácia será limitada enquanto não existir uma forma de coordenação central. É aqui que a UE tem o seu papel. Ao fornecer uma coordenação central, a UE transforma estas iniciativas em algo mais do que um sistema de «lotaria pelo código postal», de forma a que todos possam beneficiar e não apenas alguns sortudos.



© Corbis



© Corbis

O que a UE está a fazer

Idealmente, o trânsito nunca deveria sobrecarregar as estradas. As pessoas optariam por modos de transporte mais eficientes e ecológicos e os combustíveis limpos acabariam com a libertação de fumos tóxicos no ar. Contudo, ainda há muito por fazer para tirar este conceito do papel e levá-lo para as ruas. Para isso, a UE decidiu coordenar acções numa série de áreas-chave:

- reduzir as emissões poluentes para minimizar os efeitos na saúde humana e no ambiente;
- atingir um equilíbrio na frequência de utilização dos diferentes modos de transporte;
- reduzir as emissões de CO₂ dos veículos para 140g/km até 2009, e para 120g/km até 2012;
- reduzir para metade o número de mortes nas estradas (quando comparado com 2000) até 2010.

A **Directiva «Eurovinheta»**, estabelecida em 1999, encoraja os Estados-Membros a aplicarem portagens para os veículos pesados de mercadorias, reflectindo o impacto ambiental do transporte de mercadorias. Esta iniciativa irá recompensar os condutores com veículos menos poluentes.

Actualmente, na Europa, uma em cada nove entregas de mercadorias chega tarde devido ao congestionamento das estradas. E, com as tendências a apontarem para um aumento de 50% no transporte de mercadorias até 2010, é necessário tomar medidas. O programa **Marco Polo** pretende restabelecer o equilíbrio ao encorajar a utilização de modos de transporte combinado e ao construir sistemas de transporte mais eficientes, rentáveis e sustentáveis.

Sabia que...

As emissões geradas por um voo Londres-Nova Iorque de ida e volta são sensivelmente as mesmas que as produzidas por uma família média europeia durante um ano para aquecer a sua casa

Para acções futuras, a Comissão adoptou um novo **Livro Verde sobre Mobilidade Urbana**. Este envolve novas abordagens para encorajar a utilização de soluções de transporte sustentáveis e energeticamente eficientes, incluindo os transportes públicos e modos de transporte não motorizados. Aborda todos os modos de transporte, incluindo andar a pé, bicicletas, motociclos e veículos automóveis, e abrange tanto o transporte urbano de mercadorias (e logística) como o de passageiros. Este livro enfatiza a necessidade de uma abordagem política integrada.



Para reduzir as emissões de CO₂ dos veículos, está a ser desenvolvida uma nova legislação – isto surge na sequência do fraco desempenho dos fabricantes de automóveis em atingirem a meta voluntária (definida em 1999) de 140g/km para 2009. Actualmente, os veículos emitem em média 163g/km.

As viagens aéreas também são consideradas e propõe-se a sua inclusão no regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2012, o que permite aos países participantes comprar ou vender as suas licenças de emissão. Isto poderia reduzir as emissões de CO₂ associadas à aviação em 46% até 2020.

Para reduzir para metade o número de mortes nas estradas europeias até 2010, está em curso um conjunto de iniciativas que estão já a revelar-se eficientes. Graças à **Rede Transeuropeia de Transportes**, as principais estradas europeias estão a tornar-se mais seguras através de melhores infra-estruturas e técnicas de engenharia. Os utentes da estrada mais vulneráveis – peões, ciclistas e motociclistas – estão também mais seguros, agora que a legislação obriga os veículos pesados de mercadorias a instalarem espelhos de ângulo morto. Estão a ser desenvolvidos e promovidos outros dispositivos de segurança rodoviária. Foi iniciada a **campanha eSafety Aware** para promover a utilização de dispositivos de Controlo Electrónico de Estabilidade que se prevê que reduzirá os acidentes rodoviários em mais de 20%.

Fazer a diferença

Sempre que possível, **partilhe o seu carro**. Os pais conhecem os benefícios das boleias partilhadas no caminho para a escola. Então, e porque não partilhar o carro na ida para o trabalho, dar boleia a um ou dois colegas pelo caminho? E se vive numa cidade onde os **transportes públicos** podem levá-lo onde precisa, experimente-os se ainda não o fez. Os carros criam hábitos. Tente outra forma para ir para o trabalho. Pode acabar por descobrir que não ter de lidar com os engarrafamentos da hora de ponta ou lutar por um lugar de estacionamento é uma forma mais relaxante para começar o dia.

Faça um favor a si próprio – **viaje de bicicleta**. Não só isso tem um menor impacto no ambiente, mas também o ajuda a manter a forma física. Existem diversos sistemas de bicicletas públicas por



toda a Europa – «Call a Bike» na Alemanha, «Vélo à la Carte» na França e «OV Fiets» nos Países Baixos são apenas alguns exemplos.

Se vai utilizar o carro, é importante **ter em atenção a segurança**:

- Apertar o cinto pode poupar até 5 500 vidas por ano na UE. A não utilização do cinto de segurança é a segunda maior causa de mortes na estrada, a seguir ao excesso de velocidade e à condução sob o efeito do álcool.
- Condução inteligente – adaptar a sua velocidade e antecipar é mais seguro, poupa combustível e dinheiro e reduz as emissões.
- Ouvir músicas com ritmo mais lento – não é apenas a velocidade que mata. Ouvir música rápida também aumenta as suas probabilidades de ter um acidente.
- A cor do seu carro pode afectar a segurança – os carros mais claros são mais visíveis. O prateado parece ser a cor mais segura, seguida do branco, amarelo, vermelho e azul.
- A instalação de dispositivos de segurança para crianças com altura inferior a 1,35 metros, que sejam adaptados ao seu peso, pode reduzir substancialmente o risco de lesões graves.



“ Aproveite
ao máximo
a sua bicicleta,
saia e desfrute
do ar fresco ”



Consumo e produção

Utilização mais inteligente dos recursos
do princípio ao fim

CAPÍTULO 3



Desde as câmaras descartáveis aos aparelhos eléctricos que é mais barato substituir do que reparar, deitar coisas fora faz parte do nosso dia-a-dia. Pense em tudo o que compra e utiliza diariamente e depois pense que 1,7 biliões de pessoas, que formam a nossa sociedade de consumo, estão todas a fazer o mesmo.

Ao longo as últimas décadas, temos estado a desfrutar de padrões de vida mais elevados, com cada vez mais pessoas a utilizar bens e serviços de que não dispunham no passado. Mas ao mesmo tempo, a forma como consumimos e produzimos estes produtos e serviços é a principal fonte de pressão que exercemos sobre o ambiente. O nosso consumo e produção excedem, significativamente, a capacidade de carga do planeta na qual se baseia a nossa prosperidade e bem-estar.

Estas pressões continuam a aumentar, à medida que a população mundial continua a crescer. O resultado? A dispersão urbana, a qualidade dos nossos solos diminui, os cursos de água ficam secos ou poluídos e existe um desafio constante para encontrar formas de eliminar todas as coisas que deitamos fora. Exploramos minerais como se o amanhã não existisse, enquanto as nossas fábricas em funcionamento permanente libertam quantidades cada vez maiores de gases com efeito de estufa. Estes são apenas alguns exemplos dos custos ocultos que estão por detrás dos baixos preços da carne de animais de criação intensiva ou da última invenção tecnológica.

Sabia que...

Na década de 60, uma mercearia europeia tinha, em média, 2 000 linhas de produtos. Um supermercado moderno tem mais de 15 000

O nosso consumo na UE incide sobre quatro categorias principais: alimentos e bebidas; habitação; viagens privadas e mobilidade e turismo.

Os efeitos negativos da produção e do consumo europeus podem sentir-se noutras partes do mundo. De acordo com a Agência Europeia do Ambiente, estamos cada vez mais a utilizar recursos provenientes do estrangeiro para o consumo na Europa, exercendo pressão sobre o ambiente noutras regiões do mundo.

Situação no terreno

A forma como consumimos na sociedade moderna gera um desperdício de recursos e, frequentemente, faz com que gastemos muito dinheiro em produtos ambientalmente insustentáveis que não são benéficos para nós, nem para a sociedade em geral. Precisamos de criar um consumo sustentável que tenha em consideração a eficiência económica, assim como o maior benefício social e ambiental.

Comprar coisas tornou-se num hábito cultural e, nalguns países da UE, ir às compras é agora uma actividade de lazer muito importante. Os anúncios publicitários encorajam as crianças a gastarem a sua mesada ou a influenciarem os seus pais. Os relatórios da Unesco indicam que só na UE as receitas da publicidade destinada às crianças atingiram 1 000 milhões de euros por ano.

A forma como fabricamos e compramos as coisas tem de mudar.

Estima-se que até 2050, com as actuais tendências, a procura global de energia possa duplicar, à medida que a população aumenta e os países em desenvolvimento expandem as suas economias. Precisamos, urgentemente, de desenvolver produtos e serviços que utilizem menos recursos, para impedir o desperdício desnecessário de recursos e para consumirmos de forma mais responsável.

Estes são objectivos que implicam um esforço considerável para serem concretizados. Esta é uma tarefa comum para todos: as organizações internacionais, as autoridades públicas, os produtores, os retalhistas, os consumidores, os responsáveis pela educação dos nossos filhos e o público em geral.



© Corbis



© Gröbbs

O que a UE está a fazer

Atingir um consumo e produção sustentáveis implica mudar a forma como produzimos, compramos e eliminamos os produtos. A UE identificou objectivos-chave para tornar os nossos padrões de consumo e produção menos prejudiciais:

- Pôr fim à relação destrutiva entre crescimento económico e danos ambientais.
- Encorajar as empresas e o público em geral a utilizar objectos que tenham sido produzidos de forma responsável.
- Conseguir que as autoridades públicas na Europa comprem produtos e serviços que não danifiquem o ambiente. Isto já está a ser feito nalguns países. Até 2010, a UE pretende que todos os países da União sigam o exemplo dos países que são os melhores no fornecimento de produtos e serviços que respeitam o ambiente.
- Aumentar o mercado de tecnologias e inovações amigas do ambiente.
- Melhorar o bem-estar dos animais na UE e no resto do mundo.

Ao nível europeu, os objectivos estão a ser alcançados através de uma série de medidas.

Em Janeiro de 2004, a UE pôs em prática o **plano de acção sobre tecnologias ambientais (PATA)**. São exemplos de tecnologias ambientais os sistemas de reciclagem das águas residuais dos processos industriais, os motores de automóveis que economizam energia e as técnicas de melhoria dos solos. O PATA centra-se na criação de formas alternativas de produção que tenham um menor impacto ambiental.

A **Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais** foi proposta em Dezembro de 2005 e têm um horizonte temporal de 25 anos. Esta tem como objectivo garantir que o consumo de recursos e o impacto resultante não excede a capacidade do ambiente para se regenerar. Foi concebida para ajudar a quebrar a relação entre crescimento económico e utilização de recursos.



Sabia que...

As autoridades públicas europeias gastam cerca de 16% do PIB (o valor de toda a actividade económica) da UE. Ao utilizarem o seu poder de compra para optarem por bens e serviços que respeitam o ambiente, estas autoridades dão um importante contributo

A **política integrada de produtos** de 2003 tem como preocupação a forma como os objectos que compramos afectam o ambiente. É promovida a união entre *designers*, fabricantes, empresas de *marketing*, retalhistas e o consumidor para que sejam tomadas todas as acções que puderem para reduzir os impactos negativos de um produto, desde que este é fabricado até ao momento em que é deitado fora.

Para que o consumidor saiba se o objecto que está a comprar é realmente amigo do ambiente, em 1992 a UE criou um sistema de atribuição do **rótulo ecológico**. Este assume a forma de um logótipo com uma flor e garante que o objecto é mais ecológico do que os outros produtos similares no mercado. Para obter o rótulo ecológico, o objecto tem de obedecer a critérios rigorosos que têm em consideração o impacto do artigo sobre o ambiente desde o momento da sua produção, durante a sua utilização e até à sua eliminação. O programa foi agora alargado aos serviços e inclui a classificação de parques de campismo e outras instalações turísticas quanto ao seu impacto ambiental.

Têm sido criadas campanhas para influenciar a comunidade empresarial, como é o caso da campanha **«Comprar ecológico»** e do **Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS)**. A UE tem como objectivo estabelecer um exemplo através do seu sistema «Comprar ecológico». Este sistema inclui orientações para ajudar as instituições públicas a escolherem os seus fornecedores de serviços e de bens com base nos «contratos ecológicos».

O EMAS encoraja as empresas a seguirem essas orientações e a partilharem as suas experiências, unindo as empresas responsáveis para trabalharem em rede.

O **plano de acção comunitário relativo à protecção e ao bem-estar dos animais 2006-2010** descreve uma estratégia global e expõe em detalhe uma série de acções concretas para melhorar o bem-estar dos animais. Este plano evidencia a forma como os consumidores podem melhorar as condições de vida dos animais ao fazerem escolhas informadas.

No sentido de reforçar estas iniciativas, a Comissão pretende apresentar um **plano de acção sobre o consumo e produção sustentáveis**.



© Corbis

Fazer a diferença

Compra, vota, tem o poder. Ao comprar, está a fazer escolhas. As decisões que toma quando viaja, escolhe o que come e como vive na sua casa vão ter um impacto ambiental. O preço não deve ser o único elemento nas suas escolhas. Ao adicionar outros critérios à sua lista, pode fazer a diferença. Aqui ficam algumas ideias.

As viagens e turismo aumentaram significativamente nos últimos 50 anos. Conhecer outros locais, outras pessoas e outras culturas pode enriquecer as nossas vidas e animar o nosso mundo. Mas, por vezes, este crescimento ameaça a própria existência dos locais que inspiram as nossas visitas. A obtenção de respostas a questões sobre o tratamento de resíduos, a contratação de pessoas locais, o respeito pelas culturas autóctones, as práticas de construção, o congestionamento do trânsito, o fornecimento de água e o cuidado com os recursos naturais, tudo isso pode ajudá-lo a **fazer escolhas informadas** e a reforçar as práticas sustentáveis no seu local de destino.

Voltando à sua casa, se está a comprar electrodomésticos, certifique-se de que compra aqueles que possuem um certificado de eficiência energética. **Procure o logótipo «Energy Star»** ou uma



classificação como «AAA» que indica que o aparelho também lhe poupará dinheiro quando o utilizar. Para além disso, fique atento aos rótulos ecológicos que demonstram que todo o ciclo de vida do produto e o seu impacto ambiental foram cuidadosamente considerados. Existe uma vasta gama de produtos incluídos no sistema do rótulo ecológico, desde sabonetes, champôs, detergentes, alojamento turístico e parques de campismo.

Escolha alimentos que sejam produzidos de forma sustentável.

Compre nos mercados dos agricultores locais, porque terá produtos frescos e estará a apoiar o emprego local. Se comprar carne orgânica ou proveniente de criação ao ar livre, estará a reduzir a quantidade de químicos necessária para produzir os alimentos que consome. Verifique os rótulos para obter informação sobre a forma como os animais foram criados.

Sempre que possível **compre produtos de comércio justo**. Esta certificação significa que o que está a comprar é produzido de forma responsável. Se não conseguir encontrar artigos de comércio justo nas lojas locais, experimente pedir ao supermercado que os adquira. Faça ouvir a sua voz.

Quando pensar em substituir um produto por outro igual ou melhor, pergunte a si mesmo:

Precisa mesmo disso? Não estará a ser manipulado por publicidade inteligente?

Por que não dá o aparelho a alguém? Se não estiver avariado, mas tiver de o substituir, haverá alguma instituição de caridade que possa fazer bom uso do mesmo? Um programa para fornecer mobílias baratas a pessoas com rendimentos muito baixos? Uma instituição que recupera monitores de computadores antigos para utilização em escolas nos países em vias de desenvolvimento? No seu escritório estão a deitar fora todo o equipamento informático antigo? Pergunte. Está nas suas mãos.

Está mesmo avariado? Se o objecto parou de funcionar, o problema poderá ser um simples fusível que se queimou. Verifique a ficha do aparelho. Se estiver avariada e precisar de a deitar fora, então procure formas de eliminação que sejam amigas do ambiente.

O produto pode ser reciclado? Se isso for possível, mas o produto for eléctrico ou electrónico, certifique-se de que segue as



instruções sobre como reciclá-lo. Muitas vezes, o fabricante terá a responsabilidade de proceder à recolha do mesmo junto de si. Isso pode-lhe poupar tempo e dinheiro.

Chegou a altura de consumirmos com inteligência, utilizando produtos melhores e produzidos de forma mais responsável.

“ Está mesmo avariado? ”





Recursos naturais

Proteger o mundo que nos rodeia

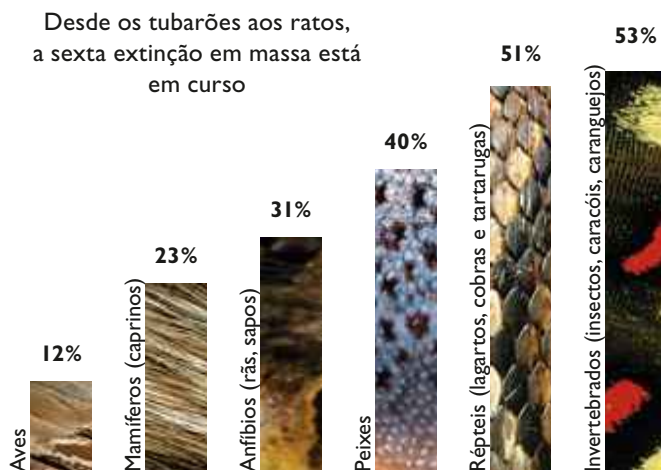


Actualmente, poderão apenas restar entre 20 a 30 tigres do Sul da China no seu *habitat* natural – com números tão reduzidos, é difícil ser-se preciso. Mas sabemos que só na América existem mais tigres de proprietários privados do que em estado selvagem. Mais perto de nós, a espécie do lince ibérico está tão ameaçada que se pode tornar na primeira espécie de grandes felinos a ficar extinta desde o tigre dentes-de-sabre. Estes são apenas alguns exemplos do impacto que estamos a ter no ar, mar e no solo que nos rodeia.

Os processos e desastres naturais estiveram por detrás das outras cinco extinções em massa observadas nos registos geológicos.

Esta é a sexta extinção e desta vez não existem dúvidas relativamente à causa – somos nós. Os séculos durante os quais negligenciámos os nossos impactos no mundo natural deixaram-nos mais estatísticas do que os animais e plantas que elas representam.

E não são apenas os animais e plantas a serem afectados. Os estudos realizados em conjunto pelas universidades de Augsburg e de Yale observaram o que resta das reservas de minérios e estimaram o momento em que estas se esgotariam, dadas as actuais tendências de consumo. Os seus resultados para 2006 revelam que faltam 15 anos para a platina se esgotar, 15-20 anos para a prata e 20-30 anos para o zinco. Referem ainda que os recursos mais importantes esgotar-se-ão ainda mais rapidamente, se algumas tecnologias novas se tornarem comercializáveis e a população crescer.



Percentagem de espécies classificadas como ameaçadas

* União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN (2006)

Situação no terreno

Face ao esgotamento das reservas, seria de pensar que fizéssemos uma melhor utilização daquilo que temos. O Observatório Geológico dos Estados Unidos (USGS) analisou a proporção do nosso consumo que é satisfeita por materiais reciclados e descobriu que, em termos globais, reciclamos apenas 26% do estanho que usamos, 31% do cobre, 26% do zinco.

Enquanto as reservas subterrâneas de minérios se vão esgotando, acima do solo as coisas também parecem desanimadoras. Os recifes de coral, as florestas de nuvens, os prados – estão todos a serem degradados pela pesca ou agricultura, sendo danificados pela pesca de arrasto ou desbravadas para criar espaço para explorações de gado, plantações de café ou soja. Os projectos de engenharia civil, tais como estradas e barragens, destroem a vida selvagem e causam o assoreamento dos rios.

As alterações climáticas também têm um contributo importante: os exercícios de modelização recentes da

Sabia que...

Há décadas que as pessoas falam sobre a desflorestação na Amazónia, mas Singapura perdeu 95% das suas florestas e, se o abate continuar ao ritmo actual, o sudoeste asiático poderá perder 74% das suas florestas até 2100



União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) prevêem reduções dramáticas na cobertura de gelo do mar ao longo dos próximos 50 a 100 anos devido às alterações climáticas globais. Isto terá um impacto devastador sobre os ursos polares. Estima-se que isto terá como resultado uma redução da população de ursos polares de pelo menos 30% ao longo dos próximos 45 anos. Outras ameaças à sua população incluem a poluição, a perturbação decorrente do transporte marítimo, a observação recreativa, o desenvolvimento e a exploração de petróleo e gás, bem como o potencial risco de caça excessiva, quer legal, quer ilegal.

Em muitos países em todo o mundo é reconhecida a necessidade de alteração da abordagem. No final do ano passado, foi atribuído o estatuto de área protegida a uma zona no norte do Brasil com 16,4 milhões de hectares, uma área equivalente à soma dos territórios de Portugal e da Irlanda. As novas áreas protegidas formam o maior corredor de conservação do mundo, ligando-as ao que era, até agora, a maior área de conservação na Amazónia. Este estatuto permitirá a protecção em relação ao abate ilegal de árvores, ao cultivo de soja e à exploração mineira.

Em 1992, na Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro, 150 líderes governamentais assinaram uma convenção sobre a biodiversidade. Esta reconhece que a diversidade biológica não se refere apenas às plantas, animais e microrganismos e aos seus ecossistemas – mas também às pessoas e a nossa necessidade de segurança alimentar, medicamentos, ar fresco e água, abrigo e um ambiente limpo e saudável para vivermos.

Contudo, as acções voluntárias, como é o caso da moratória da Comissão Internacional Baleeira que tem como objectivo proteger as baleias das consequências devastadoras da caça industrial à baleia, podem ser muito facilmente invalidadas. A moratória é frágil e tem de ser rigorosamente defendida contra os desafios, nomeadamente da Noruega, Islândia e Japão.

São necessárias leis. A cooperação para identificar o que tem de ser feito e para assegurar que as metas são cumpridas também é vital: é aqui que entra a UE.



O que a UE está a fazer

As acções para travar o aquecimento global, os esforços para gerir os resíduos que produzimos, a limitação das quotas de pesca, tudo isto demonstra a determinação da UE para inverter a situação.

Estabeleceu para si própria o objectivo de melhorar a gestão e evitar a exploração excessiva de recursos naturais de forma a que a nossa taxa de utilização não exceda a capacidade de regeneração e enumerou as seguintes metas:

- Contribuir para travar e reduzir significativamente a taxa de perda de biodiversidade a nível mundial até 2010 e mais além.
- Recuperação dos ecossistemas marinhos degradados até 2015, em conformidade com o Plano de Joanesburgo (2002) e evitar a exploração excessiva das populações de peixes.
- Trabalhar para atingir os objectivos das Nações Unidas sobre a protecção florestal até 2015.
- Melhorar a eficiência de utilização para fazer com que o pouco dure muito e assim obter uma vantagem competitiva.
- Promover a reciclagem e reduzir a geração de resíduos.



© Corbis

Estas metas serão alcançadas através de uma série de medidas.

Mais de 26 000 locais que formam uma área equivalente à soma dos territórios da Alemanha e da Itália foram escolhidos ao abrigo do **programa Natura 2000**, com base na **Directiva «Aves» e «Habitats»**. Estes locais fazem agora parte da rede europeia de áreas protegidas seleccionadas pelos países da UE que são obrigados por lei a garantir a sua conservação.

A UE assinou a convenção das Nações Unidas sobre a diversidade biológica, a qual reconhece a importância do nosso património natural. A **comunicação da UE sobre a Biodiversidade (2006)** estabelece um plano de acção detalhado para responder ao desafio de travar a perda de biodiversidade até 2010.

A agricultura e as pescas registaram muitas alterações recentes. A **política comum das pescas** foi reformada e a política agrícola comum deixou de estar centrada nos apoios à produção de produtos agrícolas, passando a centrar-se no apoio global aos agricultores. As novas leis sobre o bem-estar animal, a produção de



© Corbis

alimentos biológicos e a higiene e qualidade alimentar lidam com os receios de que a exploração intensiva tenha sido responsável pela «doença das vacas loucas», as dioxinas no leite, as hormonas artificiais na carne e outras preocupações de saúde relacionadas com os alimentos.

Os mares têm sofrido com a poluição e a pesca excessiva. Actualmente, as alterações climáticas também estão a ter impactos. Mas a **estratégia da UE para o meio marinho** tem como objectivo atingir um bom estado biológico para as águas europeias até 2021. Os países da UE terão de apresentar uma avaliação detalhada sobre o estado dos seus mares, definir o que significa para eles um bom estado biológico nos seus mares regionais, estabelecer metas e criar programas de monitorização. Haverá também uma cooperação estreita com países não-membros da UE que partilhem as mesmas águas. A partir de 2008, o objectivo declarado da UE é o de assegurar que as suas políticas relativas às questões marítimas irão funcionar em conjunto, de forma transversal.

No âmbito da **Directiva-Quadro da Água**, cada bacia hidrográfica será analisada em termos da qualidade da água, com especial atenção nas áreas vulneráveis à poluição. A quantidade será medida em relação à procura de água para fins de irrigação, produção de energia, consumo de água potável e utilizações industriais e ecológicas.

Em 2006, a UE garantiu a protecção de 38% das suas florestas e bosques. O **plano de acção para as florestas** para o período 2007-2011 tem quatro objectos principais: aumentar a competitividade a longo prazo; melhorar e proteger o ambiente; contribuir para uma melhor qualidade de vida e favorecer a coordenação e a comunicação.

Tomar conta dos nossos recursos naturais não significa apenas protegê-los da exploração, implica igualmente reutilizarmos e reciclarmos o que pudermos. O que não podemos utilizar novamente tem de ser eliminado de forma a ter o menor impacto possível no ambiente.

Para alcançar este objectivo, em Dezembro de 2005 foi adoptada a **Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos**. É uma estratégia de longo prazo que tem por objectivo ajudar a Europa a tornar-se numa sociedade de reciclagem, que procura evitar os resíduos e os utiliza como recurso.



A **Directiva relativa à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)** é um elemento fundamental da legislação da UE que lida com as instalações industriais cujo potencial de poluição é elevado. Tais instalações apenas podem ser utilizadas se o operador possuir uma licença que contém os requisitos para a protecção do ar, da água e do solo. Os resíduos têm de ser reduzidos, o potencial de acidentes tem de ser previsto e prevenido e, se necessário, o local tem de ser limpo. Estes requisitos devem basear-se no princípio das melhores técnicas disponíveis (MTD).

Fazer a diferença

A forma como utilizamos a água e a energia, a forma como concebemos as nossas casas e eliminamos os resíduos, se apreciamos ou não os jardins, parques e as áreas naturais que nos rodeiam – todos estes factores afectam o nosso mundo. Desde projectos de reciclagem de mobílias e roupas velhas até à angariação de fundos para salvar os orangotangos: as pessoas estão a participar.

Pode ajudar a levar a vida selvagem de volta às áreas urbanas. Ao **cultivar plantas autóctones** no seu jardim, pode atrair aves, lagartos, sapos e insectos. Estes paraísos de quintal juntamente com as árvores nas estradas urbanas formam corredores de vida selvagem que estabelecem uma ligação com os vestígios de matagais e bosques naturais e expandem os habitats de muitos animais. Tente plantar e promover as espécies indígenas – as plantas importadas podem provocar danos importantes. A polignácea japonesa constitui um exemplo disso. Lembre-se que todas as árvores que planta não só servem de habitat para os animais selvagens, como também melhoram a qualidade do ar à sua volta. Quando trabalhar no seu jardim, **utilize produtos amigos do ambiente** e evite o uso de creosoto e tintas com elevados níveis de compostos orgânicos voláteis. Isto está indicado no rótulo.

Para além do seu jardim, os parques e as florestas estão por aí à espera de serem explorados – é mais fácil reconhecer o valor de algo depois de ter uma experiência directa, por isso leve a sua família a passear numa floresta ou a fazer um piquenique no campo.

Se tiver mais de um dia para passear, pense nas reservas naturais que protegem as áreas selvagens para os animais que as habitam e para os turistas ecológicos que vêm observá-los.



Envolver e **educar as crianças é muito importante** e a Internet pode fornecer informação e inspiração. Se vive perto de um rio ou lago, descubra onde existe um grupo que trabalhe na sua limpeza. Se vive perto de um bosque, será que existe uma organização que trabalha na gestão das árvores e na limpeza dos mata-gais? Torne o seu ambiente e você próprio mais saudáveis.

Para gerir a quantidade de água que consome, centre a sua atenção na casa de banho. Se não tiver um autoclismo concebido para utilizar a água de forma eficiente, então coloque um tijolo ou uma garrafa cheia e fechada no reservatório. Isso faz deslocar o nível de água e faz com que seja utilizada menos água em cada descarga. Um duche consome menos água do que um banho de imersão, e um chuveiro de fluxo reduzido ainda faz mais diferença. Isso não significa que tenha de tomar um duche gota-a-gota! As cabeças de chuveiro modernas misturam a água com oxigénio, por isso poupa nas suas despesas de aquecimento, reduz a quantidade de água que utiliza e ainda pode desfrutar de um bom duche.

“ Escolha produtos de jardinagem amigos do ambiente ”





Saúde pública

Saúde e bem-estar para todos



A gripe das aves, a doença das vacas loucas, a sida, a incidência crescente da obesidade e todos os problemas associados – parece que não passa uma semana sem que se oiça falar de mais uma questão de saúde. A preocupação pública gera o debate e nós queremos ter a certeza de que o governo está a tomar as medidas necessárias para nos proteger.

As ameaças resultantes de factores ambientais, como é o caso da poluição industrial do ar, são muito difíceis de serem controladas por nós enquanto indivíduos. Outros factores resultantes do nosso estilo de vida, como é o caso da poluição do ar provocada pelo fumo do tabaco, são muito difíceis de serem controlados pelos governos. Torna-se evidente a necessidade de os cidadãos e os decisores políticos colaborarem nestas questões.

Situação no terreno

O desenvolvimento económico sustentável, as melhorias nos cuidados de saúde, nas condições de habitação e na nutrição, e uma população com um melhor nível de educação são factores que levaram a um aumento relativo da esperança de vida. Tem-se registado uma diminuição no número de acidentes graves no trabalho, a taxa de suicídio tem vindo a diminuir em grande parte da Europa, embora ainda seja elevada nalguns países, e os casos de alguns tipos de intoxicação alimentar também decresceram.

Foram alcançados progressos consideráveis. Mas à medida que se

Sabia que...

O programa «Ar Limpo para a Europa» verificou que, em 2000, 350 000 europeus morreram prematuramente devido à poluição do ar exterior. Isto traduz-se numa perda média da esperança de vida de 9 meses

resolvem uns problemas, surgem outros novos. A poluição, sob a forma de partículas que não se conseguem ver, excepto quando se acumulam para formar o *smog*, e a libertação de produtos químicos tóxicos no nosso ambiente são ambos problemas graves. Não só têm impacto sobre nós, como também sobre os animais com os quais partilhamos o planeta – desde o urso polar no extremo norte ao albatroz que sobrevoa os céus dos oceanos do sul.

Ameaças causadas pela contaminação ambiental: o canário que morre de envenenamento por gás numa mina de carvão, servindo de aviso ao mineiro para este escapar, tem o seu equivalente nos dias de hoje. Os animais selvagens podem dar-nos uma indicação clara do nível de produtos químicos tóxicos existentes no nosso ambiente e irão começar a morrer, muitas vezes antes de detectarmos o problema. Isto deveria ser um sinal claro de alarme, uma vez que o que quer que seja que os está a matar, provavelmente, também será nocivo para nós. Os cadáveres de golfinhos brancos encontrados no Rio St. Lawrence, no Canadá, tinham um nível de contaminação tão elevado que tiveram de ser eliminados como se fossem resíduos perigosos. Ao divulgar a situação na sua campanha DETOX, o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) explica que não existe praticamente nenhum animal no planeta que não tenha estado exposto a produtos químicos tóxicos produzidos pelo homem. Os animais são os receptores dos nossos venenos e não o merecem.

E como é que isto nos afecta? De acordo com a iniciativa europeia «SCALE», uma análise das doenças induzidas pela poluição centrada nas crianças, revela quatro grupos prioritários: cancro, doenças respiratórias como a asma, perturbações do desenvolvimento e a desregulação da interacção química natural do nosso corpo (desregulação endócrina). As relações entre a exposição à poluição e os seus efeitos sobre nós são determinadas pela nossa idade, pela duração da exposição aos produtos químicos, pela nossa constituição genética e pelo que o relatório denomina de efeito «cocktail», ou seja, a exposição a múltiplas fontes de contaminação no ar, na água e nos alimentos.



© Grátis



© Corbis

Ameaças causadas pelo estilo de vida: beber demasiado álcool, fumar, não fazer exercício físico, abusar de drogas ou comer alimentos que nos fazem mal são algumas das ameaças à nossa saúde que derivam das nossas opções de vida. O tabaco é a principal causa de morte evitável na UE: estima-se que o tabaco é responsável por 25% de todas as mortes por cancro e por 15% das mortes na UE.

O stress causado pelas pressões do dia-a-dia do nosso estilo de vida competitivo e, por vezes, resultante de vícios como o alcoolismo e a sujeição à violência ou abuso, tudo isso tem impactos negativos, directos ou indirectos, na nossa saúde. A depressão e outras doenças mentais também são problemas de saúde pública de crescente importância. Um relatório do Estudo Epidemiológico Europeu sobre o Suicídio e a Violência (Eurosave), sugere que as pessoas mais propensas ao suicídio são os homens solteiros, os pessoas que abusam das drogas e os desempregados, sendo que as taxas de suicídio nos países do norte da Europa são superiores às da maioria dos países mediterrâneos.

Sabia que...

Anualmente, existem mais pessoas a suicidarem-se do que a morrerem nas estradas. Em cada ano, suicidam-se 58 000 pessoas e morrem 40 000 pessoas nas estradas

Ameaças causadas por doenças: as doenças como o VIH/sida e outras que podem alastrar-se pelas populações do mundo, como por exemplo a gripe das aves, requerem sistemas de monitorização e de resposta rápida. A tuberculose, o sarampo e a gripe são doenças contagiosas que não respeitam fronteiras, sendo responsáveis por cerca de um terço das mortes que ocorrem a nível mundial. Estas podem espalhar-se rapidamente se não forem tomadas medidas para as travar. Torna-se crucial o desenvolvimento de uma resposta coordenada face às ameaças de saúde e emergências na Europa.

Outras ameaças: os alertas alimentares requerem campanhas de informação claras e o controlo directo por parte das autoridades. As causas de acidentes fatais, como por exemplo conduzir sob o efeito do álcool, exigem medidas legais dissuasoras. A reacção coordenada face a emergências de grande escala também constitui uma prioridade.



O que a UE está a fazer

A UE tem uma responsabilidade reconhecida para garantir um elevado nível de protecção da saúde. Um artigo do Tratado da CE, que estabeleceu a UE, afirma que a acção incidirá na melhoria da saúde pública, prevenindo as doenças e afecções humanas e reduzindo as causas de perigo para a saúde humana. A saúde e defesa do consumidor estão muito relacionadas e, quer os alertas alimentares, quer a segurança alimentar, são questões que a UE leva muito a sério.

Ao nível nacional, as acções dos governos para proteger os seus cidadãos são apoiadas e reforçadas pelas políticas da UE. Enquanto os países têm as suas próprias leis sobre saúde pública, a UE está a trabalhar para garantir que os médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde possam movimentar-se facilmente entre países e trabalhar onde forem necessários. Também é importante que os doentes possam deslocar-se ao longo da Europa para encontrarem os cuidados de saúde mais adequados às suas necessidades.

Estes são alguns dos objectivos da UE:

- Assegurar que, até 2020, os produtos químicos, incluindo os pesticidas, são produzidos, manipulados e utilizados de forma segura.
- Trabalhar para reduzir as disparidades em termos de esperança de vida e impedir o aumento das doenças relacionadas com o estilo de vida, como por exemplo o alcoolismo e a obesidade nos países da UE.
- Desenvolver estratégias para lidar com as ameaças de saúde de forma rápida e eficiente.
- Reduzir as taxas de suicídio e melhorar a saúde mental em toda a UE.
- Reforçar as leis relativas aos nossos alimentos e às rações que damos aos animais. Neste aspecto, a higiene e a rotulagem são importantes.
- Certificar-se que os padrões de bem-estar animal são elevados, tanto na UE, como fora dela.

Desde a legislação sobre o uso e produção de químicos até à coordenação de respostas face a emergências, a UE tem uma série de medidas em vigor. Aqui ficam apenas alguns exemplos:



© Corbis

Sabia que.....

De acordo com o WWF, entre 1930 e 2000, a produção global de produtos químicos fabricados pelo homem aumentou de 1 milhão para 400 milhões de toneladas por ano

O regulamento relativo ao **Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas (REACH)** entrou em vigor em Junho de 2007 e foi concebido para melhorar a protecção da saúde pública. Irá acelerar a identificação das substâncias químicas existentes nos produtos que compramos, restringindo a utilização das substâncias mais perigosas. O **REACH** também abrange os produtos químicos utilizados em procedimentos que ocorrem à nossa volta, como é o caso da pulverização de culturas, pintura de automóveis por pulverização, construção e outros processos. Isto foi reforçado pelo **programa de acção comunitária no domínio da política dos consumidores (2007-2013)** que aborda o nosso direito a vivermos com saúde e segurança onde quer que estejamos e o direito a termos confiança nos produtos que consumimos. Assegura uma melhor representação dos interesses dos consumidores e a aplicação efectiva das normas de defesa do consumidor.

O programa de saúde pública (**2003-2008**) tem três objectivos: em **primeiro lugar**, obter informação sobre saúde pública para que os países UE tenham uma ideia clara do que está a afectar a saúde dos seus cidadãos, quer de forma positiva, quer negativa, e fazer com que partilhem as suas melhores práticas. Em **segundo lugar**, estabelecer formas para reagir a ameaças como a tuberculose, o VIH/sida, os possíveis ataques terroristas e uma potencial pandemia que poderia ser despoletada pela gripe das aves. Em **terceiro lugar**, o programa pretende promover estilos de vida saudáveis e reduzir o número de acidentes no trabalho.

Em 2008, este programa será substituído pelo **segundo programa de acção comunitária no domínio da saúde 2008-2013**. Este também irá centrar-se no envelhecimento e na saúde, bem como na redução das desigualdades em matéria de saúde na UE.

O **plano de acção para o ambiente e a saúde das crianças na Europa (CEHAPE)** tem como objectivo assegurar que os Estados-Membros colocam a saúde infantil no topo da agenda política, para benefício das crianças de hoje e das gerações futuras. O plano envolve as crianças e os profissionais de cuidados infantis na elaboração das políticas, promove programas de saúde e educação e realiza investigações sobre ameaças de saúde especialmente relevantes para as crianças.



O **pacote relativo à higiene alimentar**, criado em Janeiro de 2006, reforça e harmoniza as medidas de segurança alimentar da UE. Estas leis aplicam-se a todas as etapas da cadeia alimentar, segundo a abordagem «do consumidor ao produtor». Um elemento-chave desta nova legislação é que todos os operadores de géneros alimentícios e alimentos para animais, desde os agricultores e indústrias de transformação aos retalhistas e profissionais da restauração, têm a responsabilidade de garantir que os alimentos colocados no mercado europeu cumprem os requisitos de segurança exigidos.

Para ajudar a cumprir este objectivo existe a **Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA)**. A EFSA constitui a pedra angular da avaliação de risco à escala da União Europeia no que respeita à segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais. A organização fornece pareceres científicos independentes em todos os domínios com um impacto directo ou indirecto na segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, incluindo a saúde e o bem-estar animal, e a protecção das plantas. O **plano de acção comunitário relativo à protecção e ao bem-estar dos animais 2006-2010**, actualiza os actuais padrões em termos de bem-estar animal, utilizando os últimos desenvolvimentos científicos para determinar a melhor forma para cuidar do gado. O seu objectivo é, por exemplo, assegurar que um vitelo de engorda recebe um padrão de cuidados mínimos e aceitáveis em qualquer país da UE.



© Corbis

Fazer a diferença

Estamos rodeados de conselhos para termos uma vida saudável, mas estas são apenas algumas ideias básicas para nos ajudar: **mexa-se mais** – utilize as escadas em vez do elevador, ande de bicicleta em vez de carro, ande a pé sempre que puder; **tenha uma dieta equilibrada, reduza o consumo de gorduras** – pense nos ingredientes que compõem os alimentos que vai comer. Alguns alimentos doces farão com que sintas fome novamente passado meia hora, os alimentos mais gordos farão com que o seu corpo faça um esforço maior, lembre-se do velho ditado: somos o que comemos. Faça com que os seus filhos sigam uma alimentação saudável. Pode demorar algum tempo a mudar os hábitos de alimentação dos seus filhos, mas não desista. O que está a construir servirá para garantir a saúde deles ao longo de toda a vida; **pare de fumar** – coloque o dinheiro de parte e veja como cresce; **procure reduzir os seus níveis de stress** – tente passar meia hora por dia a fazer algo que o deixe



menos *stressado* e mais feliz; **utilize o cinto de segurança dentro do carro** – certifique-se de que os seus filhos também estão bem seguros; **não beba em excesso** – um copo de vinho por dia pode ajudar a sua saúde, desde que não esteja grávida ou a conduzir! Uma quantidade superior pode ser nociva. Por cada copo de vinho que beber, beba também um copo de água; **evite a poluição** – exerça o seu direito de trabalhar e comer em áreas sem fumo e esteja atento para não se converter num fumador passivo.

A poluição, até certo ponto, é algo que pode controlar. Proteja-se. Tome as medidas necessárias para reduzir a quantidade de produtos químicos que utiliza em sua casa. Existem acções simples que podem ajudá-lo a reduzir, como por exemplo limpar a roupa a seco, apenas quando for absolutamente necessário, ou utilizar papel higiénico não branqueado e produtos de limpeza fabricados a partir de ingredientes naturais. Também pode ter um papel fora de casa, no jardim. O creosoto – um conservante petroquímico – deve ser evitado, assim como as tintas que contêm COV (compostos orgânicos voláteis): verifique o rótulo. Existem alternativas que são mais seguras para si e para o mundo à sua volta. É só uma questão de observar os rótulos e ser um consumidor informado.

Se tiver acesso à Internet, o sítio health.europa.eu oferece uma série de informações credíveis.



“ Não se esqueça
de comer fruta
e vegetais ”



Inclusão social

Envolver todos os cidadãos no futuro da Europa



Incluir todas as pessoas e assegurar que cada indivíduo da nossa sociedade tem os meios necessários para poder desenvolver todo o seu potencial é vital se queremos combater os desafios da pobreza. Devemos valorizar o contributo de cada um, independentemente da idade, sexo, raça, origem étnica ou deficiência.

Assegurar que as crianças crescem sem pobreza, que as pessoas assumem a necessidade da educação e da aprendizagem ao longo da vida e que as pensões de reforma, ou outros aspectos do nossos sistemas protecção social, não se transformam em apenas memórias do passado, são as peças do *puzzle* de uma sociedade inclusiva.

Tendo o ano de 2007 sido designado como o *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos*, é necessária uma mudança fundamental nas percepções de alguns membros do público. A diversidade representa uma oportunidade e chegou a altura de seguirmos o exemplo das sociedades mais bem-sucedidas e colocarmos em prática os chamados três «T»: tecnologia, tolerância e talento.

Situação no terreno

O objectivo global da inclusão social é o de reduzir, significativamente, a pobreza até 2010. Este é um objectivo ambicioso, uma vez que o número de pessoas em risco de pobreza é ainda elevado – em 2003, a média na UE era de 16%.

Um relatório sobre a coesão na UE concluiu que o alargamento da União para 25 países, e, subseqüentemente, para 27 países, apresenta um desafio sem precedentes para a competitividade e a coesão interna da União. Existe actualmente um aumento das disparidades em relação ao desenvolvimento económico. A desigualdade entre os 10% da população que vive nas regiões mais prósperas e a mesma percentagem que vive nas regiões menos prósperas sofreu um aumento de mais do dobro quando comparado com a situação de 2004.

De acordo com o relatório do Eurochild sobre a erradicação da pobreza infantil (Ending Child Poverty), uma em cada cinco crianças na UE está em risco, uma situação que apenas melhorou marginalmente nos últimos seis anos. Na Eslováquia, 30% das crianças com menos de 15 anos estavam em risco em 2004, em comparação com 9% na Dinamarca.

Uma das causas para estas disparidades entre ricos e pobres é o desemprego. A UE enfrenta problemas graves nos seus mercados de trabalho com uma baixa participação dos trabalhadores mais idosos, das mulheres e dos jovens e com um elevado desemprego nestes grupos. Face à globalização, ao envelhecimento populacional na Europa e a uma legislação laboral bastante rígida em muitos países, a UE tem metas elevadas para a criação de emprego. Em 2007, o desemprego diminuiu ligeiramente na UE, de 8% para 7,1%.

Os jovens também estão em risco de pobreza – um problema que o Fórum Europeu da Juventude abordou em 2006. Segundo o relatório deste fórum, «Inclusão Social através da Participação dos Jovens», os jovens enfrentam muitos desafios que os impedem de participarem plenamente na sociedade. Não podem votar e muitas vezes não conseguem encontrar emprego devido à sua inexperiência. Os meios de comunicação social muitas vezes representam os jovens como uma ameaça para a sociedade. A progressão lógica na educação desde o liceu até à universidade



© Corbis



© Corbis

ou ao estágio, seguida do casamento, família e casa está agora comprometida em muitas das nossas sociedades. Os jovens têm mais escolhas, o que lhes traz mais liberdade, mas também mais desafios.

Tal como os jovens, as mulheres também enfrentam problemas, não só na altura de encontrar um emprego, mas também na forma como são tratadas depois de o conseguirem. Um dos factores importantes para ajudar as mães a encontrarem emprego é o fornecimento de bons serviços de cuidados infantis. O facto de existirem mais mães no mercado de trabalho deveria incentivar o desenvolvimento de instalações de cuidados infantis. De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), de todos os países da UE, a Suécia é a que gasta mais em cuidados formais diários – 2% do PIB do país. Isto em comparação com a despesa pública da Finlândia de 1,1%, e do Reino Unido de 0,4%. O sistema sueco é mais caro, uma vez que é o único sistema que atende a todas as crianças com menos de 2 anos. Como resultado, quase 72% das mães suecas com filhos pequenos estão empregadas, em comparação com 52% na Finlândia e 49% no Reino Unido.

Sabia que...

Os imigrantes de fora da UE têm três vezes mais probabilidade de ficarem desempregados do que os cidadãos da UE

O desemprego atinge com maior intensidade as pessoas com deficiências. Pelo menos 16% da população em idade de trabalho é portadora de deficiências, mas apenas 40% dessas pessoas têm emprego, em comparação com 64,2% das pessoas sem deficiências.



Os imigrantes também são uma parte importante da força de trabalho – uma questão que se tem tornado num tema-chave para alguns grupos políticos. É importante perceber que a proporção de residentes na UE nascidos no estrangeiro continua a ser baixa, variando entre 9% na Áustria, Bélgica e Alemanha e menos de 2% na Espanha.

As definições públicas de imigrantes económicos, refugiados e requerentes de asilo são, muitas vezes, pouco claras. Os políticos populistas e os meios de comunicação não ajudam muito a clarificar a situação. O resultado é a hostilidade e a desconfiança demasiado frequentes, que muitas vezes resulta em violência. A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia apurou que mais de 9 milhões de pessoas na UE (ou seja, 3% do total de habitantes) sofreram ataques racistas em 2004. Para que os imigrantes possam contribuir para o bem-estar social da sociedade na qual residem, precisam de se converter em contribuintes fiscais. Para que isso aconteça, têm de ter ofertas de emprego legítimas e legais e o racismo e o preconceito devem ser erradicados por completo.

Prevê-se um declínio da população europeia nos próximos 50 anos. É provável que a Itália perca 28% da sua população até 2050. Para manter a sua força de trabalho, a Itália precisaria de abrir as suas fronteiras a mais de 350 000 imigrantes por ano ou manter os cidadãos a trabalhar até aos 75 anos de idade. Existem outros países da UE na mesma situação.

O que a UE está a fazer

Por toda a Europa, os nossos desejos para o futuro parecem ser, essencialmente, os mesmos: uma sociedade segura, dinâmica e democrática que cuide dos mais vulneráveis e ajude a população a encontrar trabalho. Mas embora todos desejemos o mesmo, ainda existe demasiado preconceito e desconfiança que nos impede de trabalhar em conjunto para tornar estes desejos numa realidade em toda a UE. Para eliminar os obstáculos ao progresso e à segurança, temos de repensar a forma como vemos as pessoas à nossa volta. Para fazer alterações concretas, a UE definiu como objectivos:

- Reduzir o número de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social até 2010, com particular ênfase na pobreza infantil.



© Corbis

- Assegurar a coesão social e territorial.
- Apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de modernizar a protecção social, face aos desafios do declínio da taxa de natalidade e do aumento da esperança de vida.
- Promover o emprego e, em particular, criar mais empregos para as mulheres, os trabalhadores mais idosos e os imigrantes até 2010.
- Acolher e integrar os imigrantes na sociedade europeia.
- Promover o emprego para os jovens, garantindo que pelo menos 85% dos jovens de 22 anos concluem o ensino secundário. A partir de 2007, nos seis meses após a conclusão dos estudos, todos os jovens deverão ter algum tipo de emprego, estágio, formação ou alguma experiência ou qualificação para facilitar a sua empregabilidade.
- Ajudar as pessoas portadoras de deficiências a encontrar emprego.

Para tornar estes objectivos numa realidade, a UE criou uma série de fundos, programas e leis.



Com um orçamento de 743 milhões de euros, o Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social, **Progress (2007-2013)** tem como objectivos: o emprego, a protecção e inclusão social, as condições de trabalho, a diversidade, o combate à discriminação e à igualdade entre homens e mulheres.

Uma outra ferramenta na luta contra a exclusão social é o **Fundo Social Europeu (FSE)**, uma das maiores fontes de apoios financeiros na Europa para ajudar as pessoas a desenvolverem as suas competências e, conseqüentemente, melhorar as suas perspectivas de emprego. Este programa entrou numa nova fase em 2007, centrando-se em quatro áreas: a adaptabilidade entre trabalhadores e empresas; o acesso ao emprego; a redução da exclusão social e a promoção de parcerias para a realização de reformas. Estas medidas irão inscrever-se em dois dos três novos objectivos: convergência, competitividade regional e emprego. O aspecto central é o investimento nas pessoas.

A UE reconhece aos idosos o direito a uma vida digna e independente e à participação na vida social e cultural.

Para garantir esses direitos, a **Estratégia Europeia de Emprego (EEE)** vai promover a aprendizagem ao longo da vida e a flexibilidade do trabalho. As políticas de protecção social irão identificar meios para inverter a tendência para a reforma antecipada e desenvolver regimes de pensão mais sustentáveis e flexíveis. A UE está a investir na saúde e na investigação médica e continua a lutar activamente para eliminar a discriminação e a exclusão.

O programa-quadro «**Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios**» para 2007-2013 tem diversos objectivos. Um dos objectivos-chave é o de integrar os imigrantes ilegais na sociedade, o que será concretizado através do **Fundo Europeu de Integração**. Este fundo contribui para programas de introdução; aumenta a participação dos imigrantes na sociedade de acolhimento; reforça a capacidade das organizações nacionais para que possam responder às necessidades de diferentes grupos e mantém-se atento à forma como as situações evoluem, ajudando os países da UE a avaliarem as suas políticas de integração. O fundo dispõe de 1,8 mil milhões de euros e faz parte do FSE.

Manter as pessoas afastadas da pobreza é também um aspecto central do objectivo da UE para assegurar que ninguém desista perante as dificuldades ou seja excluído da sociedade. Em todos



© Getty

os países da UE, o desemprego entre os jovens, especialmente em famílias de imigrantes, é duas vezes mais elevado do que a taxa global. Em 2004 situou-se acima dos 18%. Os jo-

vens muitas vezes ficam estagnados num ciclo vicioso no qual os baixos salários alternam com o desemprego. A UE encoraja os países a criarem mais estágios, a fornecerem mais apoios e alternativas activas para as pessoas que estão a passar por uma situação de desemprego temporário. Estes programas centram-se muitas vezes em áreas desfavorecidas.

Para tentar facilitar a vida dos estudantes, a livre circulação de professores e estudantes por toda a Europa e o reconhecimento das qualificações são uma prioridade. Programas como **Sócrates**, **Leonardo da Vinci** e **Juventude**, ajudam as pessoas a obterem qualificações.

Todos os indivíduos têm o direito de contribuir. Para garantir que as pessoas portadoras de deficiência também participam plenamente no futuro da Europa, o plano de acção «**Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência**» (2004-2010) pretende eliminar as barreiras ambientais, técnicas e legais que as pessoas com deficiências enfrentam. Isso é realizado através do FSE e da Estratégia Europeia de Emprego. Existe uma orientação específica da estratégia que define o seu objectivo: «Assegurar a existência de mercados de trabalho inclusivos, melhorar a atractividade do trabalho e torná-lo mais remunerador para os que procuram emprego, incluindo as pessoas desfavorecidas e os inactivos».

Para promover a plena participação das pessoas portadoras de deficiência na nossa sociedade, existe uma lei a nível da UE, a **Directiva contra a Discriminação**, que estabelece um quadro geral para a igualdade de tratamento no emprego e actividades profissionais.

Fazer a diferença

Enquanto os governos e políticos decidem sobre as prioridades e definem orçamentos para as realizar, nós próprios podemos também dar a nossa contribuição para tornar a nossa sociedade mais justa e ajudar os que nos rodeiam, e a nós mesmos, a participar plenamente. Lembre-se de que pode aumentar a sua empregabilidade



e divertir-se ao fazê-lo. As **aulas nocturnas** são uma forma de obter qualificações adicionais e conhecer pessoas que partilham dos seus interesses. **Aprender uma outra língua** abre portas a novas culturas. Se não deseja dedicar muito tempo a esta actividade, existem aulas de conversação a que pode recorrer depois de adquirir os conhecimentos básicos.

Não deseja aprender algo de novo? **Já pensou em ensinar?** Em muitos países da UE, os programas de educação básica para adultos dão-lhe a oportunidade de oferecer o seu tempo às pessoas que não sabem ler, escrever ou que não têm conhecimentos básicos em matemática. Pode obter mais informações sobre esses programas na sua biblioteca local ou na câmara municipal.

Ajudar os imigrantes a aprender a língua do seu novo país é outra actividade que podemos fazer. As aulas de conversação são uma forma de reunir pessoas e não é preciso ser um professor de línguas qualificado para ter um grupo de pessoas a conversar à volta de uma mesa. As aulas de aprendizagem de línguas são muitas vezes oferecidas aos imigrantes de forma gratuita. Se dispõe de tempo, **ofereça-se para organizar uma aula de conversação** somente para dar às pessoas a oportunidade de praticarem o que aprenderam em aulas formais de aprendizagem de línguas e conhecerem outras pessoas externas às suas comunidades.

Começar o seu próprio negócio pode ser mais fácil do que imagina. Se sempre teve o desejo secreto de ser o seu próprio patrão e tem um serviço para oferecer, marque uma reunião com o seu banco para obter aconselhamento. Quem sabe se daqui a cinco anos não estará na posição de oferecer trabalho a uma pessoa mais jovem ou a alguém que esteja com dificuldades em encontrar emprego!

Se tem talento musical, artístico ou dramático, porque não reservar uma hora por semana para oferecer o seu talento a um lar de idosos, a uma escola para pessoas com necessidades especiais ou a um clube de jovens? Se gosta de desporto, **por que não criar um clube ou uma equipa?** Envolver toda a gente. Se não tem a certeza do que pode oferecer, só o facto de se mostrar interessado e apoiar o trabalho dos prestadores de cuidados será um grande incentivo para aqueles cujo trabalho árduo e importante é muitas vezes esquecido.

Não gosta muito de trabalhar com pessoas e prefere os animais? Consulte o placar de anúncios no seu hospital local. Muitas vezes as pessoas que são hospitalizadas estão desesperadas, sem saberem o que fazer com os seus animais de estimação. Deixar um cão, um gato ou outra companhia que tanto adoram pode ser muito *stressante* para pessoas que à partida já não se sentem bem. As casas de acolhimento são muito valorizados.

Se tem saúde, se é valorizado pelos seus colegas, amigos e família, se tem um lugar na sociedade, se tem tempo disponível e tem a sorte de se sentir em casa no seu mundo, ajude alguém a sentir-se também em casa.





Pobreza global

Reduzir as disparidades

CAPÍTULO 7



«Superar a pobreza não é um gesto de caridade. É um acto de justiça. É a protecção de um direito humano fundamental: o direito à dignidade e a uma vida decente»

Nelson Mandela

A pobreza extrema, ou seja, viver com menos de 1 dólar por dia, afecta mais de mil milhões de pessoas nos países em vias de desenvolvimento, ou dito de outra forma, uma em cada seis pessoas no mundo. O facto dessas pessoas estarem noutra continente, não significa que não possamos fazer nada por elas.

A globalização aproximou-nos mais, ligando as pessoas em todo o mundo através de decisões, políticas e práticas globais. Mas os benefícios disto nem sempre são repartidos de forma equitativa. Em vez disso, as disparidades em termos de riqueza e poder aumentaram ainda mais, em detrimento das pessoas mais pobres do mundo.

Situação no terreno

Um agricultor no Zanzibar que não consegue cuidar do seu gado infestado pela mosca tsé-tsé; um trabalhador de uma fábrica no Bangladesh que ganha 8 cêntimos à hora para coser contas em fatos de ballet; uma criança de uma escola na Etiópia que tem de andar mais de quinze quilómetros por dia para ir buscar água – diferentes estilos de vida, diferentes culturas, mas todos enfrentam o mesmo desafio: sobreviver acima de tudo.



São histórias individuais comovedoras que compõem a imagem global na qual a fome e a má nutrição são o principal risco para a saúde, matando mais pessoas do que a sida, malária e a tuberculose em conjunto. A fome atormenta uma em cada quatro pessoas na África Subsaariana. As crianças terão muita sorte se conseguirem chegar ao seu 5.º aniversário – 11 milhões por ano não o conseguem.

Enquanto as famílias nos países industrializados podem gastar até 50 litros de água por dia só por utilizarem o autoclismo, mais de mil milhões de pessoas nem sequer têm acesso a 20-50 litros de água potável considerada necessária para garantir necessidades básicas como beber, cozinhar e limpar. As doenças associadas à falta de acesso a água potável segura, a um saneamento básico inadequado e a más condições de higiene estão a matar milhares de pessoas por dia.

A pobreza global é um fenómeno predominantemente rural: três quartos dos que vivem em pobreza extrema são pessoas cujos escassos meios de subsistência dependem de recursos naturais que são constantemente explorados. Neste último meio século, mais de um quarto dos 8,7 mil milhões de hectares de terras agrícolas, pastagens, florestas e superfícies arborizadas de todo o mundo sofreram uma degradação. Isso são péssimas notícias para os menos favorecidos e para o seu ambiente. As boas notícias é que a pobreza pode ser erradicada.



© IT

Sabia que...

Em 2006, a ajuda europeia atingiu cerca de 48 mil milhões de euros, o que representa quase 100 euros por cidadão

O que a UE está a fazer

A UE considera que a cooperação para o desenvolvimento é a chave para resolver o problema da pobreza global e está a trabalhar em conjunto com actores internacionais (as Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, organizações financeiras internacionais) e regionais (países da África, América Latina, Caraíbas e Pacífico) para fornecer respostas eficazes aos muitos desafios que as pessoas mais pobres do mundo enfrentam.

A UE assumiu um compromisso firme em relação aos oito objectivos definidos em 2000 na Cimeira do Milénio das Nações



Unidas, os quais devem ser cumpridos até 2015. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio pretendem:

- Erradicar a pobreza extrema e a fome.
- Alcançar a educação primária universal.
- Reforçar igualdade de género.
- Reduzir a mortalidade infantil.
- Melhorar a saúde materna.
- Combater o VIH/sida, a malária e outras doenças.
- Garantir a sustentabilidade ambiental.
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Na **Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável** realizada em 2002, em Joanesburgo, a UE lançou duas iniciativas concebidas para garantir o abastecimento de água e energia – duas componentes essenciais para a redução da pobreza. A primeira – a iniciativa **«Água para a Vida»** – pretende reduzir para metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a água potável e ao saneamento básico adequado. A segunda – a **Iniciativa «Energia para a Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento Sustentável»** – procura atrair novos recursos em termos de capital, tecnologia e recursos humanos do sector privado e das instituições financeiras.

O comércio é outra componente essencial do crescimento. Ao abrigo do Acordo de Cotonou, com duração até 2020, a UE está a trabalhar com os **países da África, Caraíbas e Pacífico** para atingir a sua integração gradual na economia global. Foram concluídos vários acordos com a **América Latina** com base num reforço da cooperação económica, do diálogo político institucionalizado e das relações comerciais. A UE é actualmente o principal investidor estrangeiro e o segundo maior parceiro comercial da América Latina. Na **Ásia**, onde vivem dois terços dos pobres existentes em todo o mundo, a UE contribui com um terço da ajuda total que o continente recebe. O objectivo global da UE é conseguir que o



volume da ajuda concedida aos países em desenvolvimento aumente para 0,7% do rendimento nacional bruto dos Estados-Membros até 2015.

A redução da dívida é também uma prioridade da agenda europeia. A UE é um actor importante na iniciativa do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para anular as dívidas dos países pobres altamente endividados. Até ao momento, o perdão total da dívida já foi concedido a 18 países, incluindo a Bolívia, a República de Madagáscar, a Tanzânia e o Uganda.

Fazer a diferença

Enquanto os governos definem as políticas nacionais relativas à erradicação da pobreza, cada um de nós pode também fazer a diferença.

Uma forma de podermos contribuir é comprar como normalmente fazemos e, ao mesmo tempo, fazer donativos. O **Marketing de Causas**, tal como é conhecido, reúne empresas com fins lucrativos e organizações sem fins lucrativos numa situação em que ambas as partes beneficiam. Um exemplo disto é o Product RED que angaria fundos para combater a sida, tuberculose e malária através de uma série de marcas famosas.

Pode também fazer a diferença na sua mercearia, escolhendo entre os 1 500 **produtos de comércio justo**. Este simples gesto contribui em muito para garantir salários justos para os produtores.

Uma outra forma de contribuir para sua obra de caridade favorita, sem lhe custar um único cêntimo, é através da **Banca Ética**, que está a tornar-se cada vez mais popular em toda a Europa.

Se tem dinheiro para investir, independentemente do país europeu onde estiver, pergunte ao seu banco ou consultor financeiro sobre como pode pôr o dinheiro a trabalhar para si e na luta contra a pobreza global. Se preferir fazer donativos directos, muitos países europeus concedem **benefícios fiscais** para donativos de caridade.

Se não lhe agrada a ideia de fazer donativos, porque não tem bem a certeza para onde vai o seu dinheiro, existem muitos programas onde pode apadrinhar uma criança em específico. Os doadores recebem actualizações regulares sobre a situação da **criança que apadrinou** e são-lhe enviadas fotografias e cartas.



O que não faltam são causas nobres. Procure instituições de caridade que contribuam para os meios de subsistência dos agricultores através da agricultura sustentável em países tão longínquos como Laos e a Nicarágua.

Para um toque mais pessoal, porque não ajudar o seu filho a encontrar um correspondente da sua idade nos países em vias de desenvolvimento? Escolha um país que fale a mesma língua ou aproveite para melhorar os conhecimentos do seu filho em línguas estrangeiras. Contacte um directório internacional e peça o nome de uma escola numa dada aldeia no país em questão. Talvez o seu filho possa envolver os seus amigos ou apresentar a ideia aos seus professores para envolver a turma toda. Aquilo que pode ser uma amizade para toda a vida ou, pelo menos, uma experiência de aprendizagem está à distância um simples telefonema. Vamos reduzir o fosso que nos separa.

Em alternativa, como algo fora do comum, se não consegue pensar em nada que gostaria de receber no seu próximo aniversário ou no Natal, porque não pedir uma colmeia ou uma cabra? Não se preocupe que elas não chegarão até à sua porta! Alguns programas de caridade dão-lhe a oportunidade de comprar gado para famílias de países em vias de desenvolvimento.

“As árvores e as abelhas que nos ofereceu alteraram as nossas terras, o nosso ar e o nosso solo. A nossa vida mudou por completo!”

Zahara Bekre,
Floresta Kabso Takuma
Etiópia





Políticas transversais

Transformar o sonho em realidade



A UE pretende garantir o crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior inclusão, mas de uma forma que proteja o mundo à nossa volta para as gerações futuras.

Lutar contra a discriminação, proteger os recursos naturais, lidar com a imigração e a pobreza global, e produzir bens de uma forma que respeite o ambiente, são objectivos da estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável para os quais estão a ser criadas leis e desenvolvidos programas.

Transversais às diversas áreas debatidas nesta brochura, encontram-se as quatro formas utilizadas para concretizar estes ideais: a educação, a investigação, a comunicação para motivar as pessoas e implementar os programas da forma mais eficiente possível, e o princípio do poluidor-pagador. A alteração da forma como as pessoas compram e produzem é essencial e os incentivos fiscais constituem uma forma de encorajar a mudança no sentido de hábitos mais amigos do ambiente. Reflectir o preço real que um produto tem sobre o ambiente ajudará os consumidores a fazer as escolhas correctas.

Educação – Partilhar conhecimentos

No centro de todas as políticas, programas e iniciativas até agora descritos está o reconhecimento de que nada pode ser alcançado sem a ajuda de uma população educada. A educação dá às pessoas os meios para lidarem com estes desafios e dá-nos as



competências necessárias para fazer com que o crescimento europeu seja sustentável.

Quando pensamos em educação, temos tendência para pensar nos nossos tempos de escola. Mas a questão é muito maior, porque abrange a partilha de conhecimentos a todos os níveis e em todos os temas. Os conhecimentos técnicos partilhados para nos mantermos competitivos; os conhecimentos científicos para nos mantermos saudáveis; as tecnologias da informação ao alcance das comunidades longínquas, pondo-as em contacto com pessoas e conceitos em toda a Europa; as crianças que continuam na escola até à universidade; a aprendizagem ao longo da vida; as empresas que recebem formação sobre escolhas ambientalmente sustentáveis – tudo isto envolve a partilha de conhecimentos.

A sustentabilidade implica utilizar os nossos recursos de forma a que as gerações futuras também sejam beneficiadas – isso diz respeito não só aos recursos naturais, mas também aos recursos humanos – as pessoas da Europa. A educação é uma forma de reduzir as desigualdades existentes entre os homens e as mulheres ou entre os grupos minoritários e os outros cidadãos com quem vivem. Trata-se de um processo para toda a vida: já lá vai o tempo em que a aprendizagem e a formação terminavam com o diploma universitário. Agora, a ênfase está em ajudar as pessoas a melhorarem os seus conhecimentos e competências ao longo das suas vidas.

O que está a ser feito?

Em Fevereiro de 2001, a UE lançou o programa «**Educação e Formação 2010**». Os ministros da Educação da UE decidiram sobre três objectivos concretos para garantir o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada da qual depende o nosso futuro. Os elementos são: abrir os sistemas de educação e de formação ao mundo exterior – o que significa quer o mundo do trabalho, quer o mundo para além da UE; aumentar a qualidade dos nossos sistemas de educação e facilitar o acesso à educação.

As três ambições envolvem uma série de medidas. A abertura da educação ao mundo exterior, por exemplo, sublinha a importância da aprendizagem de línguas estrangeiras e procura reforçar as relações com o mundo do trabalho e a investigação.



© Corbis

Melhorar a qualidade da educação inclui a promoção de programas de aprendizagem flexíveis para ajudar as pessoas a continuarem os seus estudos ao mesmo tempo que trabalham. A definição de competências básicas deve ser actualizada face ao mundo em mudança.

O acesso à educação, em todas as idades, requer uma alteração na forma como os sistemas estão estruturados, colocando-se as questões: «Passa-se facilmente de uma qualificação para outra?», «Todas as vias permitem ao discente continuar os estudos ou levam a que abandone os mesmos?» Também salienta que a educação está nas mãos da sociedade e que deve ajudar a construir a sociedade que pretendemos.

Investigação

Como garantir que o estilo de vida europeu, com os seus valores e padrões de vida, se mantém seguro face à concorrência e sem explorar e destruir o mundo à nossa volta, é o desafio que nos é colocado.



Todos temos um papel a desempenhar, mas alguns problemas têm de ser resolvidos de forma científica, como as fontes de energia alternativas, as formas de alimentar a população mundial, o estabelecimento do acesso à água potável para todos e as formas de melhorar a comunicação. A concretização destes objectivos, e de muitos outros, está nas mãos da nossa comunidade científica.

O que está a ser feito?

Enquanto os cientistas procuram soluções para o problema fundamental sobre como encontrar fontes de energia limpas e renováveis, e enquanto a Europa enfrenta os desafios da globalização, migração, desemprego e envelhecimento da população, a UE está a utilizar todos os meios possíveis para assegurar os nossos futuros.

Foram atribuídos 50 mil milhões de euros para investigação e desenvolvimento ao abrigo do **sétimo programa-quadro para o período 2007-2013**. Este tem como objectivos:

- Alcançar a liderança em áreas científicas e tecnológicas essenciais.
- Incentivar a criatividade e a excelência da investigação europeia.
- Desenvolver e reforçar o potencial humano da investigação europeia.
- Aumentar a capacidade de investigação e inovação em toda a Europa.

A comunicação de resultados e o trabalho em rede entre cientistas também são um aspecto central. Está igualmente a ser desenvolvido um Espaço Europeu da Investigação para assegurar que as ideias e resultados são partilhados de forma eficaz em toda a UE. Os cientistas precisam de se movimentar livremente em toda a UE e ter acesso às melhores redes de comunicação. Para os ajudar a vencer as barreiras do conhecimento, serão criadas instituições de investigação, explorando parcerias entre o sector público e privado.

A UE também está a encorajar o estabelecimento de redes e a aprendizagem entre escolas secundárias e universidades na União e noutros países.



© Corbis



Utilizar a economia para gerar as mudanças necessárias

Os impostos ecológicos podem funcionar como um incentivo para as pessoas adquirirem produtos fabricados de forma responsável e gastarem menos com a produção que é ambientalmente prejudicial. Esta é a única forma de utilizar a economia para gerar as mudanças necessárias. Dado o estado actual, quando compramos um artigo, o preço não reflecte o custo real em termos de impacto ambiental. Mas o mercado pode ser utilizado para trabalhar a favor do ambiente.

A utilização das forças de mercado para promover o desenvolvimento sustentável é um aspecto central da estratégia. Mas o financiamento público também tem um papel a desempenhar e é um objectivo declarado da estratégia que todas as verbas com origem na UE sejam canalizadas da melhor forma para promover o desenvolvimento sustentável.

O que está a ser feito?

A substituição gradual dos impostos sobre o trabalho pelos impostos sobre a poluição, a energia e os recursos pode promover o emprego, a eco-inovação e proteger o ambiente. A definição correcta dos preços – de forma a que o que pagamos reflecta o custo real em termos sociais, ambientais e económicos necessário para produzir o objecto ou prestar o serviço – é o caminho a seguir para um crescimento económico inteligente.

A UE está a actuar de forma criativa e a trabalhar com os governos nacionais para desenvolver «impostos ecológicos». Da mesma forma que a ênfase do financiamento da agricultura mudou da produção para a gestão, em que os agricultores recebem fundos para cuidarem da terra que controlam, também a carga fiscal pode mudar do trabalho para o consumo.

Ao abrigo da **nova directiva relativa à tributação da energia**, os países da UE têm o direito de oferecer às empresas benefícios fiscais especiais em troca de uma redução das emissões de gases e elementos poluentes. As fontes de energia como a electricidade e os combustíveis, tais como o carvão, também estão sujeitos a tributação. Isto faz com que o utilizador se centre na eficiência – consumindo menos para reduzir os impostos que paga. As empresas



que têm investido na utilização eficiente da energia podem obter alguns reembolsos dos seus impostos, o que representa um incentivo adicional.

A tributação do consumo de energia, em substituição da tributação dos rendimentos das pessoas, e a venda de licenças de emissão de gases com efeito de estufa são instrumentos-chave na luta contra as alterações climáticas. Ambos têm em comum um conceito importante: o poluidor paga.

O facto do poluidor pagar é uma faca de dois gumes. Os comportamentos de desperdício e ambientalmente prejudiciais são penalizados, por isso as pessoas são encorajadas a procurarem alternativas e, enquanto o fazem, a poluição que produzem gera dinheiro para o erário público. Estas receitas podem ser canalizadas para a investigação ou para financiar projectos.

Por toda a UE, os países estão a aplicar a ideia da tributação da poluição de diversas formas: a Dinamarca e a Finlândia têm impostos sobre os pneus, a Dinamarca, a Islândia e a Itália tributam a utilização dos sacos de plástico, a França têm impostos sobre o papel e o cartão.

Enquanto os países encontram formas para limitar a poluição e, ao mesmo tempo, aumentar as receitas daí resultantes, as empresas e as organizações também estão a trabalhar no sentido de possuírem práticas sustentáveis. Aqui a noção do «poluidor-pagador» está a começar a ter êxito, à medida que as empresas começam a sentir a influência da pressão dos consumidores e da legislação para se tornarem mais ecológicas. Algumas empresas estão mais avançadas, alterando, voluntariamente, a forma como conduzem os seus negócios.

O facto de pagarem pelas emissões que geram é um factor de importância crescente para a comunidade empresarial. Frases como «mecanismos de compensação de emissões» ou «regimes de comércio de licenças de emissão» surgirão com maior frequência no futuro. O facto de se pagar pela produção de dióxido de carbono significa pensar nos gases com efeito de estufa como se tratassem de uma mercadoria. Paga-se uma determinada quantidade e isso dá o direito de produzir uma determinada quantidade.

As verbas vêm directamente da UE através do financiamento de programas como o **programa LIFE+** que decorre até 2013. Com



© EC

um orçamento de cerca de 2 mil milhões de euros, o programa co-financia as iniciativas ambientais por toda a UE e nalguns países vizinhos. Reúne uma série de programas sujeitos a um conjunto de regras comuns. A tomada de decisões torna-se mais eficiente e todo o processo torna-se mais transparente. Entre 20 a 25% das verbas serão canalizadas para sensibilizar o público para as questões do desenvolvimento sustentável.

Com orçamentos tão elevados, o financiamento que a UE propõe tem de ser canalizado para assegurar que promove o desenvolvimento sustentável. Os países da UE e a Comissão irão coordenar as diversas políticas, como por exemplo, as políticas agrícola e de coesão, de desenvolvimento rural, de investigação e de desenvolvimento tecnológico, de forma a maximizar o seu potencial.

Até 2008 a Comissão irá também trabalhar num plano para reformar os subsídios que tenham um impacto ambiental negativo considerável, com vista à sua eliminação gradual. Áreas como a agricultura irão beneficiar de financiamentos que regeneram as comunidades locais, ao mesmo tempo que protegem as terras que cultivam.



Informar e motivar

A brochura que está a ler faz parte da campanha da UE para utilizar todos os meios disponíveis para transmitir a mensagem sobre o desenvolvimento sustentável. Um dos objectivos declarados da Comissão é comunicar o que tem de ser feito, explicar as medidas que a UE está a tomar para lidar com os desafios e motivar as pessoas a trabalharem no sentido dos objectivos que serão benéficos para todos.

O que está a ser feito?

A **Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis** é composta por um grupo de governos locais cujo objectivo é estabelecer cidades prósperas, criativas e sustentáveis e nas quais todas as pessoas têm um papel importante a desempenhar. Para isso, os governos assinaram os **Compromissos de Aalborg** e a UE espera que os países cujos governos locais ainda não estão envolvidos, adiram aos mesmos em breve.

Os compromissos incluem, por exemplo, a garantia de que as pessoas têm um acesso equitativo aos recursos naturais. Isto envolve a melhoria da qualidade do ar e da água e a criação de parques e jardins. Um outro compromisso é a melhoria dos transportes e a redução do trânsito, promovendo formas alternativas de transporte público. A saúde e a igualdade social também estão na lista.

A campanha reúne autoridades a todos os níveis e em toda a Europa. O que funciona, o que não funciona: esse tipo de informações é partilhado. A Câmara Municipal de Barcelona trabalha em parceria com a União das Cidades Bálticas para encontrar soluções para os desafios de tornar o desenvolvimento sustentável numa realidade.

Uma outra oportunidade para acção foi apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. A **Agenda 21** apresenta um plano de acção completo para atingir os objectivos de desenvolvimento sustentável. Os países em toda a Europa estão a participar e a UE espera que existam cada vez mais países a adoptarem a Agenda 21, a assinarem os Compromissos de Aalborg e a envolverem-se nesta Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis.

Ao reconhecer que é necessário transmitir a mensagem para motivar as pessoas, o «**esforço de comunicação acrescido**» inspirou



© EC



a criação de um prémio para os melhores projectos na área da modernização económica: o prémio **RegioStars**. Apresentado pela Comissão em 2006, é apenas um dos prémios criados pela UE para motivar as pessoas e sublinhar os objectivos de desenvolvimento sustentável.

Os dias de portas abertas, como é o caso do evento anual **«Semana Europeia das Regiões e Cidades»**, são uma outra forma da UE contactar com os seus cidadãos e transmitir a mensagem de sustentabilidade. O evento reúne milhares de pessoas que representam projectos de desenvolvimento por toda a Europa.

Mas apenas uma pequena parte da população europeia passa pelas portas da UE. Chegar a todos os cidadãos e mantê-los informados é o objectivo da Iniciativa **i2010 – Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e o Emprego, lançada em Junho de 2005**. A iniciativa é composta por leis concebidas para garantir a inclusão de todos os cidadãos numa sociedade baseada na utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação (TICs). A velocidade das ligações através das quais as tecnologias digitais entram na casa das pessoas, as medidas tomadas para reduzir a fraude na Internet, o desenvolvimento e a promoção de sistemas que possam funcionar juntos além-fronteiras, de forma manter as pessoas em contacto, tudo isto, e muito mais, faz parte desta iniciativa da UE.

A UE está a conseguir transmitir a mensagem, convidando as pessoas a visitarem os seus edifícios para verem o que está a acontecer, atribuindo prémios pela gestão económica inovadora centrada na sustentabilidade ou garantindo que as pessoas na Europa conseguem manter-se actualizadas sobre as melhores práticas.

As empresas também estão a despertar para as suas responsabilidades. Um desses exemplos é o Grupo de Líderes Empresariais sobre as Alterações Climáticas da UE. Este grupo, que se reuniu devido à iniciativa de vários directores de empresas, procura trabalhar em parceria com a UE para estimular uma economia de baixo teor de carbono e ao mesmo tempo promover as perspectivas de crescimento e competitividade. Pretende fazê-lo através da identificação das condições necessárias para cumprir os objectivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa, através da implementação de medidas eficazes de redução das emissões e da procura de oportunidades de negócio nas tecnologias com baixo teor de carbono.



Implementação e acompanhamento

Continuar no bom caminho



Os princípios da abertura, participação, responsabilidade, eficácia e coerência regem a forma como a UE leva a cabo as suas políticas. A estas junta-se uma outra componente vital necessária para que a estratégia de desenvolvimento sustentável funcione: a monitorização.

Com uma variedade tão grande de programas e leis em toda a Europa e com medidas a ser tomadas por todos os sectores da sociedade, desde os cidadãos, comunidade empresarial, governos regionais e nacionais, até à própria UE, é cada vez mais importante descobrir o que funciona e o que não funciona.

O que a UE está a fazer

As questões tratadas no âmbito da estratégia de desenvolvimento sustentável deixaram de ser algo apenas debatido pelos responsáveis pela política ambiental. Actualmente, este tema está no centro do processo europeu de tomada de decisões, com os chefes de estado e de governo a monitorizarem a situação à medida que esta evolui, para assegurar que a estratégia continua no bom caminho. A Comissão Europeia analisa regularmente a forma como as políticas evoluem. A cada dois anos, desde Outono de 2007, a Comissão publica um relatório intercalar que mostra, de forma clara e concreta, o que está a funcionar e o que não está, e o que fazer para manter a estratégia actualizada e eficaz. Isto está na base das discussões do Conselho Europeu de Dezembro, onde se decide o caminho a seguir.



O relatório intercalar da Comissão observa a forma como as políticas estão a funcionar, como os países estão a progredir e apresenta ideias sobre os próximos passos a seguir. Uma das suas fontes de informação são os dados recolhidos pelo Eurostat, o qual monitoriza regularmente os progressos alcançados no desenvolvimento sustentável da Europa.

O primeiro passo na monitorização dos progressos alcançados é ter uma ideia clara do que será medido e garantir que os valores são comparáveis entre países e ao longo do tempo, ou seja, comparar dados semelhantes.

Para tornar isso possível, o Eurostat desenvolveu um conjunto de «indicadores», que são regularmente apresentados em relatórios. Pode consultar o relatório Eurostat 2007 sobre os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável em: ec.europa.eu/sustainable/.

Os indicadores podem ser claramente medidos em toda a UE, mostrando o que se está a passar no terreno. Por exemplo, o tema da saúde pública tem como principal indicador o número de anos saudáveis vividos, por sexo. Ao medir este factor em toda a UE, será visualizada a situação actual e se a mesma está a piorar ou a melhorar, graças à recolha regular de dados. Mas o número de anos que os homens e as mulheres vivem saudavelmente é um indicador muito vago. Existe um conjunto de outros indicadores que reflectem a complexidade da situação em maior detalhe, como é o caso de factores que influenciam o estado de saúde, incluindo a obesidade e tabaco, a exposição aos poluentes e a produção de produtos químicos tóxicos. Serão desenvolvidos e criados novos indicadores com as informações dos países que compõem a UE.

As informações do Eurostat, que são regularmente actualizadas, estão disponíveis para consulta na Internet, e dar-lhe-ão uma ideia dos progressos alcançados em relação aos objectivos de desenvolvimento sustentável em toda a UE.

O Parlamento Europeu tem também o seu papel a desempenhar, contribuindo com as suas opiniões, cooperando com o Conselho e a Comissão e estabelecendo a ligação com os parlamentos nacionais. O Comité das Regiões e o Comité Económico e Social também fornecem informações.



O que os países da UE estão a fazer

Os países membros da UE nomeiam representantes que se reúnem regularmente no Grupo de Coordenadores do Desenvolvimento Sustentável, presidido pela Comissão Europeia, para discutir os progressos alcançados sobre a estratégia. A cada dois anos, estes também fornecem as informações necessárias sobre os progressos alcançados nas suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, que foram desenvolvidas à luz da estratégia revista da UE. Isto permite garantir que os objectivos do país em questão e os da UE, como um todo, são complementares.

Um outro nível de especialização é a Rede Europeia de Desenvolvimento Sustentável (ESDN), uma rede informal de administradores públicos e outros peritos, que lida com as estratégias de desenvolvimento sustentável em toda a Europa.

Os países também colaboram voluntariamente para permitir que outros países revejam as suas estratégias de desenvolvimento sustentável e para observarem como estão a trabalhar no terreno. Pretende-se com isto que os países aprendam uns com os outros ao analisarem as histórias de sucesso de cada um. Até 2011, o Conselho Europeu decidirá quando será feita a próxima revisão global da estratégia.

Comissão Europeia

Um futuro sustentável nas nossas mãos

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2008 — 79 p. — 14,8 × 21 cm

ISBN 978-92-79-07283-3



**JÁ ACABOU DE ME LER?
NÃO ME DEITE FORA.
PASSE-ME A OUTRAS
PESSOAS...**

KA-70-07-020-PT-C

© Anagráfica

*No seu
café*

*Na sua
biblioteca*

*Na escola
do seu filho*

*Na sala de
espera do seu médico*

ISBN 978-92-79-07283-3



9 789279 072833



Serviço das Publicações

Publications.europa.eu